





Fecomércio - 29/07/2020

Índice

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio Confiança do comércio sobe 1,7 ponto em julho

Notícias - 28/07/2020

7

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Bares e restaurantes podem vender bebidas alcoólicas a partir do dia 5 de agosto

Notícias - 28/07/2020

8

Jornal de Fato - Impresso - Flip | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

PARCERIA

Notícias - 28/07/2020

10

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

ABIH: Prejuízo do turismo no RN pode chegar a R\$ 750 milhões em 2020

Noticias - 28/07/2020

11

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Recuperação x consumo

Noticias - 29/07/2020

13

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Endividamento das famílias é recorde em julho, afirma CNC

Noticias - 29/07/2020

16

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Endividamento aumenta entre famílias mais pobres em julho

Notícias - 28/07/2020

18

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Endividamento aumenta entre famílias mais pobres em julho, confirma pesquisa CNC

Noticias - 28/07/2020

20

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Fecomércio CNC cria grupo de trabalho para analisar propostas de reforma tributária 22
Notícias - 28/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasil perde 1,19 milhão de vagas formais no 1º semestre, pior resultado já registrado no período 23

Notícias - 28/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auxílio emergencial reduz extrema pobreza ao menor nível em 40 anos, diz Ibre/FGV 25

Notícias - 28/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo federal quer presídios privados, presos trabalhando e pagando seus custos 26

Notícias - 28/07/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasil perde 1,1 milhão de vagas de empregos no primeiro semestre 28

Notícias - 28/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

País registra perda de 10,9 mil vagas de empregos formais em junho 29

Notícias - 28/07/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Com pandemia, país perde 1,2 milhão de empregos com carteira no 1º semestre 31

Notícias - 28/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Contas externas têm saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões em junho 32

Notícias - 28/07/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN fecha 15.761 mil vagas de trabalho no primeiro semestre, segundo o Caged 35

Noticias - 28/07/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Rio Grande do Norte abre 1.746 novos postos de trabalho em junho

Noticias - 28/07/2020

36

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Contas externas têm saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões em junho

Noticias - 28/07/2020

38

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Faixa de extrema pobreza é a menor em 40 anos no Brasil

Noticias - 28/07/2020

41

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Coronel Hélio avalia crescimento da aprovação do Governo Bolsonaro no RN

Noticias - 28/07/2020

43

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha com leve queda após dados positivos no Brasil

Noticias - 28/07/2020

46

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Decreto altera regras de concessão de benefícios do INSS

Noticias - 28/07/2020

48

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Rio Grande do Norte registra primeiro saldo positivo de empregos em 2020; 1.746 novas vagas foram abertas em junho

Noticias - 29/07/2020

52

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Para bancar desoneração, governo vai propor 'microimposto'

Noticias - 28/07/2020

55

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Perdas do Brasil na 'guerra fria'

Notícias - 29/07/2020

57

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

PRONAMPE: Linha de crédito para pequenas empresas se esgota em 20 dias

Notícias - 28/07/2020

59

Agora RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Pela 1ª vez no ano ,RN fecham ês com sal d opositivo de empregos

Notícias - 29/07/2020

61

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

ALUGUEL DE SEDE LUXUOSA DA FUNAI É R\$1 MILHÃO

Notícias - 29/07/2020

64

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Locadoras avançam com quase 1.000.000 de carros nas ruas

Notícias - 29/07/2020

68

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac RN abre matrículas em cursos de idiomas com aulas online ao vivo

Notícias - 28/07/2020

70

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

SENAC RN ABRE MATRÍCULAS EM CURSOS DE IDIOMAS COM AULAS ONLINE AO VIVO

Notícias - 28/07/2020

71

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SESC CIDADÃO /

Reaproveitando alimentos: como evitar o desperdício

Notícias - 28/07/2020

73

Fecomércio Confiança do comércio sobe 1,7 ponto em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

O Índice de Confiança do Comércio, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 1,7 ponto de junho para julho deste ano. Essa foi a terceira alta consecutiva do indicador. Com o resultado, a confiança do empresário do comércio brasileiro passou para 86,1 pontos, em uma escala de zero a 200.

No mês, a confiança subiu em três dos seis principais segmentos do comércio pesquisados pela FGV.

O Índice de Situação Atual, que mede a confiança no momento presente, avançou 6,4

pontos, para 88,4 pontos, e recuperou 83% do que foi perdido desde o início da pandemia de covid-19. O Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, caiu 3 pontos, para 84,5 pontos, está 22,5 pontos abaixo do patamar de fevereiro, antes da pandemia.

'A confiança do comércio mantém a trajetória de recuperação em julho, porém em ritmo menos intenso. Ainda é preciso cautela na interpretação do resultado, considerando que houve recuperação de apenas 65% do que foi perdido no início da pandemia. Para os próximos meses, persiste o cenário de elevada incerteza e de fragilidade no mercado de trabalho, sugerindo dificuldades na recuperação total do setor.', afirma o pesquisador da FGV Rodolpho Tobler.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Bares e restaurantes podem vender bebidas alcoólicas a partir do dia 5 de agosto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A partir do dia 5 de agosto bares e restaurantes poderão funcionar em todo o estado, inclusive com a venda de bebida alcoólica. A autorização está na Portaria Conjunta nº 15/2020, publicada no dia 27 de julho, pelo Gabinete Civil e Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Econômico e de Saúde, e se refere aos segmentos do grupo Alimentação II, especificados na Fração 1 da Fase 3 do Plano de Retomada Gradual da Economia do Estado. Os estabelecimentos contemplados neste momento são os restaurantes, lanchonetes e food parks, com área acima de 300m², além dos bares e barracas de praia.

O documento traz observações específicas para

os setor de foods park, que não poderão dispor de mesas e cadeiras em espaço superior a 300 m² para facilitar a sanitização e controle de acesso pelos usuários; e também devem indicar obrigatoriamente um responsável pelo empreendimento, que aplicará e fiscalizará a adoção do protocolo, respondendo perante aos órgãos de controle e fiscalização. Caso não seja identificado o responsável legal, os órgãos de fiscalização poderão determinar o esvaziamento e fechamento do espaço imediatamente.

Os bares e as barracas de praia também têm orientações particulares. Devem obedecer ao distanciamento mínimo de 2 metros entre as mesas, reforçando a higienização das mesmas e repetindo o procedimento para cada mesa encerrada e antes de receber novos clientes; e respeitar o limite máximo de 4 pessoas por mesa. O cliente somente poderá retirar a máscara para realizar as refeições.

Fecomércio disponibiliza protocolos para impressão

Além disso, os estabelecimentos devem seguir todos os protocolos (gerais e específicos) já divulgados pelo Executivo estadual para os setores que compõem o grupo Alimentação II e Bares, que podem ser acessados na plataforma criada pela Fecomércio RN, através do endereço fecomerciorn.com.br/cuidandodorn.

No site, o empresário pode pesquisar o protocolo do seu segmento, personalizar com os dados da sua empresa. O passo seguinte é enviar o documento preenchido para o e-mail e aguardar a validação da

Fecomércio, que é praticamente imediata. Após o retorno da Federação, com o protocolo já referendado pela entidade, os empreendedores deverão imprimir o protocolo personalizado e deixar em local de fácil acesso e visualização em seu estabelecimento, podendo, inclusive, apresentá-lo em caso de fiscalização realizada pelos órgãos públicos.

Em caso do não cumprimento das regras, o estabelecimento está sujeito a interdição até a adequação às normas sanitárias. O responsável legal do estabelecimento poderá ser responsabilizado na esfera penal por crime contra a saúde pública.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

PARCERIA



Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O TRE-RN firmou uma parceria com o Sistema Fe-comércio R.N, que vai oferecer descontos em cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para os mesários que trabalharem nas eleições deste ano, magistrados e servidores do Tribunal e seus dependentes legais. Serão ofertados descontos em todos os cursos ministrados no estado, exceto na categoria de ensino à distância (EAD). As inscrições para os mesários podem ser feitas no site tre-rn.jus.br ou pelo e-mail do seu cartório eleitoral. Os telefones estão no site do TRE-RN.o.

ABIH: Prejuízo do turismo no RN pode chegar a R\$ 750 milhões em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

Com a Pandemia do novo Coronavírus, 2020 tem sido um ano difícil para diversos setores econômicos, mas no topo dessa lista está a indústria do turismo, que compreende a hoteleira, setor de eventos, bares e restaurantes, receptivos e passeios. Desses a hotelaria é ainda mais afetada, tendo em vista as suas infraestruturas e o grande número de funcionários. Dados da **Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC)**, calculam que desde o início da pandemia o turismo já acumula perdas da ordem de 121,97 bilhões de reais, e, que, neste mesmo período, mais de 275 mil postos formais de trabalho foram extintos.

No Rio Grande do Norte, em especial na cidade de Natal, uma das capitais do país onde a hotelaria sempre assumiu um papel de destaque para a economia local, está vivendo uma crise nunca antes vista, onde as sequelas para o setor ainda não de ser quantificadas, haja vista que a crise ainda perdura, e para o turismo, infelizmente, irá demorar um pouco mais. Estudo da Fundação Getúlio Vargas indica que o turismo somente retornará aos patamares de março/20 somente em novembro/21.

Nesse período de Pandemia, algumas instituições não governamentais ganharam seu destaque face ao trabalho que vem realizando na defesa do seu setor, com vistas ao enfrentamento da crise, buscando alternativas de atenuar as perdas, que foram muito altas, e traçando diretrizes na busca de soluções para que as empresas possam manter suas atividades e os empregos.

José Odécio, presidente da ABIH-RN, destacou a situação do turismo hoje no Rio Grande do Norte, 'nos últimos 4 meses o setor vem enfrentando a mais grave crise jamais vivida, e isso teve um impacto avassalador na saúde financeira das empresas, o que gerou, conforme pesquisa entre os nossos associados, o desemprego de mais de 60% da mão de obra do setor. Hoje estamos ainda com mais de 60% dos hotéis fechados, e os que abriram tem baixíssima taxa de ocupação, não superando os 10%. Estimamos até agora uma perda de receita de mais de R\$300 milhões, e projeção de perdas ainda de mais de R\$450 milhões até o final do ano se a crise perdurar, com o risco de falência de muitas empresas'.

A hotelaria enfrenta algumas dificuldades para a

retomada, haja vista o alto custo dos hotéis para colocar-se em operação, com esses 4 meses de paralisação e os protocolos que têm de adotar, além dos custos operacionais. 'Segundo, nessa retomada, somente teremos o turismo regional, que não sustenta a demanda que possuímos, assim, mesmo que os hotéis estejam abertos, até que voltemos a ter mais voos, e, em consequência os turistas de outros estados mais distantes, os hotéis, se abertos, irão operar no prejuízo, razão pela qual os grandes hotéis não veem perspectiva de abertura, e aguardam por condições mais favoráveis', destacou José Odécio.

Questionado sobre a expectativa para recuperação econômica do setor, o presidente da ABIH-RN, explicou que o setor de turismo, em especial a hotelaria, terá uma curva de recuperação em L, ou seja, irá passar um tempo maior para voltar aos patamares de antes da crise. ' A Fundação Getúlio Vargas projeta uma plena retomada somente em novembro de 2021, até lá teremos de conviver com uma realidade bem difícil de baixa ocupação, com alguns picos, mas sem muita relevância, devendo os empresários terem muita consciência do momento para manter suas empresas vivas'.

Sobre o adiamento da reabertura da hotelaria de Natal, Odécio pontuou, 'sabemos que nesse reinício apenas o turismo regional terá mais relevância, e com isso, a demanda de turistas será menor que a oferta de leitos, e assim, abrir um hotel, com os altos custos da retomada e da operação, é muito arriscado. É preciso que tenhamos mais demanda de turistas para que os hotéis possam ter confiança e voltem suas operações. Adicionalmente, temos esse problema do aeroporto que gera mais desconfiança no setor e mais insegurança para todos nós.'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Recuperação x consumo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

Apesar do auxílio do governo ter ajudado as famílias mais pobres, o número de brasileiros endividados aumenta e bate novo recorde em julho. Entre famílias de menor renda também atinge o maior nível histórico, acompanhado por alta da inadimplência. De acordo com pesquisa da **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**, o número de brasileiros com dívidas em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal e prestação de carro e de casa cresceu em julho (0,3 ponto percentual, com relação a junho), renovando o maior patamar da série - iniciada em janeiro de 2010.

No comparativo anual, o índice teve aumento de 3,3 pontos percentuais.

Indústria

Enquanto o consumo está comprometido pelo elevado endividamento das famílias, na indústria o quadro é diferente. Dez setores industriais cruzaram a linha divisória e estão confiantes, informa a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre os setores que registraram mais de 50 pontos no índice do empresário industrial estão: setores de produtos de limpeza, farmoquímicos, móveis, alimentos e plásticos.

Hábitos

Mais da metade (56%) dos brasileiros mudaram seus hábitos de pagamento por causa da Covid-19, indica a Mastercard. Pesquisa realizada em parceria com a Kantar também revelou que 50% dos entrevistados acreditam que o uso de novas tecnologias cresceu durante o período de distanciamento social.

Em alta

O Investimento Direto no País soma US\$ 4,754 bilhões em junho, diz o Banco Central. Dinheiro que vem pra ficar, fazer negócios mesmo num ambiente de incertezas. No primeiro semestre, a entrada de investimentos estrangeiros no setor produtivo somou US\$ 25,349 bilhões. Já o gasto de brasileiros no exterior é o menor para o 1º semestre.

Construção

A confiança da construção avança em julho com a retomada das obras, de acordo como índice da Fundação Getulio Vargas. Avançou em julho alcançando 83,7 pontos, após quatro meses em queda. Já o INCC-M (custos) sobe 0,84% em julho. Ainda sob controle.

Pobreza da AL

A América Latina vai emergir da pandemia da Covid-19 com as mais altas taxas de pobreza, já que os esforços para controlar o vírus levaram a saltos no desemprego e no endividamento, afirmou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, em palestra recente. Segundo o executivo, a região, onde o crescimento econômico já vem desacelerando nos últimos anos, deverá registrar contração econômica entre 8% a 10% em 2020, como resultado da Covid-19 e das medidas de quarentena associadas. 'A América Latina será mais afetada porque somos uma região [de mercado] emergente', afirmou.

Ativos

O dólar segue a sua trajetória de queda fechando a R\$ 5,156, (-0,02%). O Ibovespa recua (-0,35%), a 104.109 pontos. O preço do petróleo (spot) fecha a U\$ 41,04 queda de 0,59%. A produção de aço bruto do Brasil caiu 18% nos seis primeiros meses de 2020, sinalizando mais dificuldades nos negócios. Já o Bradesco passa a prever queda menor de 4,5% para o PIB brasileiro este ano. É o difícil caminhar da recuperação.

Previsão

Julho deve ter queda de 16,32% nas vendas do

varejo, segundo o IBEVAR - Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo. O estudo revela que a categoria de livros, revistas e papelaria deve sofrer maior retração, com 67,45%. O desempenho do comércio deve registrar retração gradual de 16,32% em julho, 16,41% em agosto e 17,19% em setembro.

Concorrência

O Tribanco, empresa do Cartão Nordeste, entra na briga das contas digitais mirando classes C, D e E. A estratégia de lançamento da Triconta busca inclusão dos 45 milhões de "desbancarizados", com marketplace virtual e "super apps" que irão além dos serviços financeiros. O Tribanco é o braço financeiro do Grupo Martins.

Balanço

O grupo Carrefour Brasil tem lucro líquido do 2º trimestre, mais de 74,9%, sobre o mesmo período do ano passado, batendo na casa dos R\$ 713 milhões. Outros balanços começam a ser divulgados a partir de agora e se estenderão até a próxima semana, com a Petrobras, os bancos e grandes redes varejistas como a Riachuelo.

Exclusão

Com a pandemia, as empresas inscritas no Simples não serão excluídas por débitos tributários em 2020. A decisão da Receita Federal, articulada pelo Sebrae, evita a exclusão do Simples. Em 2019, mais de 730 empresas foram notificadas para exclusão do Simples por débitos tributários, e 506 mil empresas acabaram excluídas do regime.

Potencial

Pelos cálculos da Emater RN, em dois meses, os agricultores familiares do RN forneceram mais de 100 toneladas de alimentos ao Governo do Estado, através do PAA Compra Direta, com a participação de 42 municípios. Foram envolvidos na ação 251 agricultores familiares e o equivalente a 10 caminhões de alimentos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Endividamento das famílias é recorde em julho, afirma CNC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Rio de Janeiro (AE) - O percentual de famílias com dívidas no País renovou recorde histórico em julho, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**. O cenário é pior para as famílias com renda de até dez salários mínimos. Entre os entrevistados, aumentou o número dos que afirmaram que estão com as contas atrasadas e dos que não terão como pagar a dívida.

Em julho, o total de endividados foi de 67,4%, frente a 64,1% em igual período do ano passado e a 67,1%, em junho. Já o percentual dos que estão sem pagar contas é de 26,3% e o dos que

não vão ter como quitar suas dívidas, de 12%.

O cartão de crédito segue liderando o ranking dos principais tipos de dívida, com 76,2% do total. Em seguida aparecem carnês, com 17,6%, e o financiamento de veículos, com 11,3%. Porém, nos últimos meses, na pandemia, ganharam relevância as dívidas com crédito consignado, crédito pessoal, carnês e as modalidades de financiamento.

O número de famílias com dívidas apresentou tendências diferentes entre as faixas de renda pesquisadas, tanto na comparação mensal quanto na anual. Para as famílias com renda de até dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas alcançou o recorde de 69% em julho. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, a proporção do endividamento diminuiu para 59,1% em julho.

O percentual das famílias que se declararam muito endividadas diminuiu de 16,1% em junho para 15,5% em julho. Essa foi a primeira queda apresentada pelo indicador desde janeiro deste ano. Na comparação anual, porém, houve alta de 2,2 pontos percentuais. Já o número de famílias que disseram estar pouco endividadas aumentou para 27% em julho, ante 26,5% em junho, e se manteve estável em comparação aos 27% de julho de 2019.

Em relação à capacidade de pagamento, entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas alcançou 30,3% da renda, ante 30,4%, em junho, e 29,9% em julho do ano passado. É a primeira queda apresentada pelo indicador também desde

janeiro de 2020.

O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas tem aumentado, segundo a **CNC**, e chegou a 7,4 meses em julho, sendo que 21,2% delas estão comprometidas com dívidas até três meses; e 34,5%, por mais de um ano.

"Apesar do contexto negativo em relação ao mercado de trabalho e à renda, a queda das taxas de juros e a inflação controlada em níveis historicamente baixos são fatores que podem favorecer o poder de compra dos consumidores. Além disso, os benefícios emergenciais também têm impactado positivamente o consumo, especialmente dos itens considerados essenciais, e auxiliado o pagamento de despesas", afirmou a **CNC** em nota.

A confederação defende ainda a ampliação do acesso ao crédito com custos mais baixos e o alongamento dos prazos de pagamento das dívidas, para, com isso, mitigar o risco do crédito no sistema financeiro.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Endividamento aumenta entre famílias mais pobres em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O percentual de famílias com dívidas atingiu 67,4% em julho, o maior nível da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgou hoje (28) a **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**).

O crescimento se deve ao aumento do endividamento das famílias com até 10 salários mínimos de renda, que chegou ao recorde de 69% em julho, acima dos 68,2% de junho e dos 65,4% de julho de 2019. Por outro lado, o grupo de famílias com renda superior a esse patamar teve uma redução do endividamento, chegando a 59,1% em julho, abaixo dos 60,7% em junho. Apesar disso, o percentual ficou acima dos

58,7% de julho de 2019.

"As necessidades de crédito têm aumentado para as famílias com menor renda, seja para pagamento de despesas correntes, seja para manutenção de algum nível de consumo", analisa a **CNC** em texto de divulgação da pesquisa, que compara: "Por outro lado, para as famílias de maior renda, tem aumentado a propensão a poupar".

A pesquisa é realizada mensalmente com 18 mil consumidores e considera como dívidas as despesas declaradas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, ainda que estejam em dia.

A Peic também questiona os entrevistados sobre dívidas ou contas em atraso, percentual que chegou a 26,3% no geral, o maior valor desde setembro de 2017.

Mais uma vez, o percentual cresceu para as famílias de menor renda e caiu para as mais ricas. Enquanto os lares com até 10 salários mínimos tiveram aumento de 28,6% em junho para 29,7% em julho, para os demais, o percentual caiu de 11,3% para 11,2%.

Outro percentual calculado pela pesquisa é o das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, que chegou a 12% em julho, acima dos 11,6% de junho e dos 9,6% de julho de 2019. Nesse caso, o percentual cresceu para os dois grupos de renda: de 13,2% em junho para 13,7% em julho no caso das mais pobres;

e de 4,7% em junho para 4,9% em julho no caso das mais ricas.

Nível de endividamento

O número de pessoas que se declararam muito endividadas teve, em julho, sua primeira queda desde o início do ano. O percentual caiu de 16,1% em junho para 15,5%. No ano passado, porém, essa fatia dos entrevistados era de 13,3%.

Em média, as famílias declararam que as dívidas consomem 30,3% de sua renda, percentual que caiu em relação a junho, quando era de 30,4%. Já em julho de 2019, eram 29,9%.

Ainda segundo a pesquisa, o tempo médio de comprometimento com dívidas cresceu e chegou a 7,4 meses em julho. Uma parcela de 21,2% das famílias declarou ter dívidas até três meses, enquanto 34,5%, por mais de um ano. Também se elevou o tempo médio para quitação das dívidas das famílias inadimplentes, de 60,7 dias em junho para 61 dias em julho.

Tipo de dívida

A dívida mais comum entre os brasileiros é o cartão de crédito, declarado por três em cada quatro entrevistados, com 76,2%. Carnês foram mencionados em 17,6% das entrevistas; financiamento de carro, em 11,3% e financiamento de casa, em 10,1%.

A **CNC** avalia que há sinais de alguma recuperação da **economia** a partir de maio e junho, mas a proporção de consumidores endividados no país é elevada.

"Assim, é importante seguir ampliando o acesso ao crédito com custos mais baixos, como também alongar os prazos de pagamento das dívidas para, com isso, mitigar o risco do crédito no sistema financeiro", afirma o texto, que destaca que benefícios emergenciais têm impactado positivamente o consumo, e as quedas de taxas de **juros** e inflação podem favorecer o poder de compra dos consumidores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Endividamento aumenta entre famílias mais pobres em julho, confirma pesquisa CNC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

O percentual de famílias com dívidas atingiu 67,4% em julho, o maior nível da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgou hoje (28) a **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**.

O crescimento se deve ao aumento do endividamento das famílias com até 10 salários mínimos de renda, que chegou ao recorde de 69% em julho, acima dos 68,2% de junho e dos 65,4% de julho de 2019. Por outro lado, o grupo de famílias com renda superior a esse patamar teve uma redução do endividamento, chegando

a 59,1% em julho, abaixo dos 60,7% em junho. Apesar disso, o percentual ficou acima dos 58,7% de julho de 2019.

"As necessidades de crédito têm aumentado para as famílias com menor renda, seja para pagamento de despesas correntes, seja para manutenção de algum nível de consumo", analisa a **CNC** em texto de divulgação da pesquisa, que compara: "Por outro lado, para as famílias de maior renda, tem aumentado a propensão a poupar".

A pesquisa é realizada mensalmente com 18 mil consumidores e considera como dívidas as despesas declaradas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, ainda que estejam em dia.

A Peic também questiona os entrevistados sobre dívidas ou contas em atraso, percentual que chegou a 26,3% no geral, o maior valor desde setembro de 2017.

Mais uma vez, o percentual cresceu para as famílias de menor renda e caiu para as mais ricas. Enquanto os lares com até 10 salários mínimos tiveram aumento de 28,6% em junho para 29,7% em julho, para os demais, o percentual caiu de 11,3% para 11,2%.

Outro percentual calculado pela pesquisa é o das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, que chegou a 12% em julho, acima dos 11,6% de junho e dos 9,6% de julho de 2019. Nesse caso, o percentual cresceu para

os dois grupos de renda: de 13,2% em junho para 13,7% em julho no caso das mais pobres; e de 4,7% em junho para 4,9% em julho no caso das mais ricas.

O número de pessoas que se declararam muito endividadas teve, em julho, sua primeira queda desde o início do ano. O percentual caiu de 16,1% em junho para 15,5%. No ano passado, porém, essa fatia dos entrevistados era de 13,3%.

Em média, as famílias declararam que as dívidas consomem 30,3% de sua renda, percentual que caiu em relação a junho, quando era de 30,4%. Já em julho de 2019, eram 29,9%.

Ainda segundo a pesquisa, o tempo médio de comprometimento com dívidas cresceu e chegou a 7,4 meses em julho. Uma parcela de 21,2% das famílias declarou ter dívidas até três meses, enquanto 34,5%, por mais de um ano. Também se elevou o tempo médio para quitação das dívidas das famílias inadimplentes, de 60,7 dias em junho para 61 dias em julho.

A dívida mais comum entre os brasileiros é o cartão de crédito, declarado por três em cada quatro entrevistados, com 76,2%. Carnês foram mencionados em 17,6% das entrevistas; financiamento de carro, em 11,3% e financiamento de casa, em 10,1%.

A **CNC** avalia que há sinais de alguma recuperação da **economia** a partir de maio e junho, mas a proporção de consumidores endividados no país é elevada.

"Assim, é importante seguir ampliando o

acesso ao crédito com custos mais baixos, como também alongar os prazos de pagamento das dívidas para, com isso, mitigar o risco do crédito no sistema financeiro", afirma o texto, que destaca que benefícios emergenciais têm impactado positivamente o consumo, e as quedas de taxas de **juros** e inflação podem favorecer o poder de compra dos consumidores. Com informações de Notícias Ao Minuto Brasil e Agência Brasil/Foto:DR

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Fecomércio CNC cria grupo de trabalho para analisar propostas de reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

A **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**) criou um grupo de trabalho para analisar as propostas de reforma tributária em discussão no Congresso, às quais se juntou na semana passada a que foi apresentada pelo governo.

O grupo é liderado pelo presidente José Roberto Tadros e composto por diretores da **CNC** e técnicos com amplo conhecimento do assunto. 'A reforma tributária é uma pauta com prioridade máxima para o empresariado brasileiro e para o País', afirma Tadros. 'O Sistema Comércio quer contribuir para que o Brasil finalmente tenha um

sistema tributário mais racional e menos injusto e oneroso', completou o presidente.

O grupo de trabalho da reforma tributária da **CNC** tem os seguintes integrantes: Ernane Galvêas, consultor econômico da Presidência da Confederação; Valdeci Cavalcante, 1º vice-presidente da **CNC**; Leandro Domingos, vice-presidente Financeiro; Abram Szajman, Francisco Maia, Antonio Florencio Queiroz e Marcos Lameira, diretores; Roberto Nogueira Ferreira, também consultor da Presidência da **CNC**; Simone Guimarães, secretária geral; Alain Mac Gregor, chefe da Divisão Jurídica; Nara de Deus, chefe da Divisão de Relações Institucionais; Patrícia Duque, chefe da Divisão Sindical; o economista da **CNC** Fabio Bentes; Antonio Carlos Borges, da Fecomércio-SP; e os consultores externos Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, Mary Elbe Queiroz, Doutora em Direito Tributário, Gilberto Alvarenga e Eduardo Almeida.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Brasil perde 1,19 milhão de vagas formais no 1º semestre, pior resultado já registrado no período



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com queda nas demissões e aumento nas contratações, o **mercado** de trabalho registrou em junho a menor perda de vagas desde a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil, em março. Houve um fechamento líquido de 10.948 de empregos com carteira assinada em junho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta terça-feira, 28, pelo Ministério da **Economia**. Entre março e junho, porém, a perda de empregos formais chegou a 1,539 milhão. No acumulado primeiro semestre, o saldo do Caged ficou negativo em 1,198 milhão de vagas, o pior desempenho para o período da série histórica iniciada em 2002.

Em maio, a perda havia sido de 350.303 vagas, sucedendo o fundo do poço de abril com fechamento de 918.296 postos de trabalho, e a destruição de 259.917 vagas em março. Os dados de meses anteriores foram atualizados hoje pela pasta. Entre março e junho, a perda de empregos formais para a pandemia chegou a 1,539 milhão.

O resultado de junho decorre de 895.460 admissões e 906.444 demissões. O volume representa um acréscimo de 24% nas contratações e uma queda de 16% nos desligamentos em relação a maio. Ainda assim, esse foi o pior resultado para o mês desde 2016, quando o saldo líquido foi negativo em 91.032 vagas. Em junho de 2019, houve a abertura de 48.436 vagas com carteira assinada.

O **mercado** esperava um desempenho bem pior para o mês passado. O resultado de junho ficou distante do intervalo das estimativas de analistas do **mercado** financeiro consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de fechamento líquido de 385.705 a 118.000 em junho, com mediana negativa de 195.193 postos de trabalho.

Governo aposta em reação

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da **Economia**, Bruno Bianco, considerou que a redução no fechamento de vagas em junho foi uma notícia positiva, com uma queda expressiva nas demissões líquidas em relação a meses anteriores.

Com queda nas demissões e aumento nas contratações, o **mercado** de trabalho registrou em junho a menor perda de vagas desde a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil, em março. Houve um fechamento líquido de 10.948 empregos com carteira assinada em junho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados hoje pelo Ministério da **Economia**. 'Nunca se comemora a perda de um emprego sequer. Trabalhamos diuturnamente para preservar os empregos, mas comemoramos a melhora da **economia** e do **mercado** de trabalho', avaliou. 'Trabalhamos para que o saldo do Caged seja positivo o quanto antes', completou.

O secretário detalhou o acréscimo de 24% nas contratações e uma queda de 16% nos desligamentos em junho em relação a maio. 'A recuperação em 'V' é possível, o **mercado** de trabalho está reagindo', acrescentou. Bianco destacou ainda a marca de quase 15 milhões de acordos celebrados dentro do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permite a suspensão dos contratos ou redução de jornada e **salário**. 'O governo tem tido sucesso em preservar postos de trabalho e a renda dos brasileiros'.

Setores e regiões

O fechamento líquido de 10.984 vagas de trabalho com carteira assinada em junho foi atenuado pelos bons desempenhos da agropecuária e da construção civil no mês passado. Mesmo com a pandemia de covid-19, houve um saldo positivo de 36.834 contratações no campo. Na construção civil, foram recuperadas 17.270 vagas no mês passado.

Mais uma vez, o setor de serviços liderou o fechamento de postos de trabalho formais no mês, com a eliminação de 44.891 vagas. Houve perdas em transporte e armazenagem (-8.311), alojamento e alimentação (-35.340, administração pública (-6.019) e outros (-7.524). Já os serviços de informação e atividades financeiras registraram aumento de 12.298 vagas em junho.

O segundo maior saldo negativo ocorreu no comércio, com o fechamento de 16.646 vagas no mês passado. Já a indústria geral perdeu 3.545 vagas fechadas. Houve destruição de postos de trabalho na indústria de transformação (-2.510), em atividades de utilidade pública (-1.327) e eletricidade e gás (-341). Já a indústria extrativa mineral somou 633 novas vagas.

Em junho, 18 Estados registraram resultado positivo e apenas nove tiveram saldo negativo. Entre as regiões, Norte, Centro-Oeste e Sul tiveram abertura líquida de vagas, enquanto Sudeste e Nordeste continuaram a perder empregos.

O melhor resultado foi registrado em Mato Grosso com a abertura de 6.709 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi do Rio de Janeiro, que em junho registrou o fechamento de 16.801 vagas.

O **salário** médio de admissão nos empregos com carteira assinada caiu de R\$ 1.741,73, em maio, para R\$ 1.696,22 em junho.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Auxílio emergencial reduz extrema pobreza ao menor nível em 40 anos, diz Ibre/FGV



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Getty Images

Com quase metade da população recebendo o auxílio emergencial em junho, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza nunca foi tão baixa em pelo menos 40 anos. O fim da distribuição do benefício neste segundo semestre tende, porém, a provocar um repique no indicador.

Levantamento do Instituto Brasileiro de **Economia** da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) mostra que 3,3% da população vivia em junho com renda domiciliar per capita de

US\$ 1,90 por dia - o equivalente a R\$ 154 mensais por membro da famílias. São 6,9 milhões de pessoas.

Um mês antes, em maio, a proporção da população vivendo abaixo da linha de extrema pobreza era de 4,2%, o equivalente a 8,8 milhões de pessoas, conforme o levantamento, que se baseou na Pnad Covid, pesquisa do IBGE que acompanha os impactos da pandemia no **mercado** de trabalho brasileiro.

Outras pesquisas do IBGE - com metodologias diferentes e limitações comparativas - sugerem que a miséria está no menor nível desde, ao menos, o início da década de 80. O melhor momento até então havia sido em 2014, quando estava em 4,2%, a mesma proporção de maio deste ano.

Com Valor

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo federal quer presídios privados, presos trabalhando e pagando seus custos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Rodrigo Ziebell/SSP

A situação carcerária brasileira é precária, com superlotação e alto custo para o Estado. O governo tem um projeto para privatizar presídios e fazer os presos trabalharem e usarem parte do **salário** para pagar seus custos. 'Hoje é o pior dos mundos, e o modelo de parceria público privada (PPP) pode ajudar a inverter esse cenário', afirmou, em entrevista ao UOL, a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PP) do Ministério da **Economia**, Martha Seillier.

Atualmente, há no Brasil apenas um modelo de presídio já operando com a iniciativa privada desde a construção até a administração -em Ribeirão das Neves (MG). O governo, entretanto, trabalha para tirar do papel dois novos empreendimentos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que devem servir de modelo para estender a ideia para o restante do país.

Iniciativa privada poderá ficar por 35 anos

Os governos dos dois estados já concederam terrenos para a construção dos novos presídios. Os investidores privados poderão operar o sistema por 35 anos.

'Já estamos com os dois pilotos em estruturação e na etapa de estudo de viabilidade para saber como será o ressarcimento do investidor privado ao longo dos 35 anos', disse Martha. Segundo ela, como toda concessão, haverá audiência pública e auditorias. 'Acreditamos que o leilão possa acontecer no ano que vem', afirmou.

Na avaliação da secretária, apesar de haver uma complexidade regulatória grande, caso os modelos sejam bem-sucedidos será 'um caminho sem volta'. 'Se esses pilotos derem certo, muitos outros estados vão levantar a mão e demandar esse tipo de modelo. Aí de fato a gente começa a ter uma transformação nesse nosso sistema de segurança pública', destacou.

Trabalhar para reduzir pena e custos

Para Martha, além de oferecer possibilidade de trabalho e estudos aos presidiários, é preciso

fazer com que eles banquem parte dos gastos que estão gerando aos estados.

'O trabalho é uma opção, mas o presidiário tem dois grandes incentivos para optar pelo trabalho. O primeiro é que reduz a pena. A cada três dias trabalhados é um dia a menos na prisão', explica.

'O segundo é que ele recebe uma remuneração, que não pode ser menor que um **salário** mínimo. Com parte desse dinheiro, ele vai ajudar a manter o sistema, pagando por hospedagem e alimentação, por exemplo.'

A remuneração de um **salário** mínimo (hoje em R\$ 1.045) é adotada no modelo de Santa Catarina. Pela lei de Execução Penal, no entanto, a previsão mínima é de três quartos de um **salário** mínimo. O modelo que está sendo desenhado deve levar em consideração o piloto que está sendo desenvolvido no sul do país.

Não está definido ainda quanto do **salário** ficaria com o preso e quanto seria usado para pagar seus custos.

Indústrias podem ser acopladas às cadeias

A arquitetura desses presídios deve prever a possibilidade de se criar indústrias integradas.

'A lógica é esse investidor privado desenhar a infraestrutura do presídio pensando em acoplar indústrias a esse empreendimento. Essas indústrias poderiam ficar ali pelo tempo do contrato do presídio, que hoje pela lei do PPP está restrito a 35 anos, mas é mais do que suficiente para amortizar (o investimento)'.

Segundo Martha, hoje o percentual de presos

que podem trabalhar é baixo e está praticamente restrito àqueles detentos que estão em regime semiaberto.

'A gente quer atingir a outra categoria de presos, que está em regime fechado, que tem baixíssimo acesso ao sistema laboral dentro do nosso sistema, assim como oportunidade de estudo', diz.

Economia como transformação social

Martha diz que já há em presídios públicos de SC contratos feitos com a indústria, que têm mostrado eficiência. 'Eles fizeram contratos de cinco anos. Fabricam móveis, brinquedos, bancos de couro, vestidos de festa. É a **economia** aliada à transformação social.'

Segundo ela, a ideia de criar PPPs para presídios tinha como foco inicial suprir o déficit de vagas no sistema carcerário. 'Ao longo do tempo e da modelagem, percebemos que dá para fazer uma política pública que gere renda, oportunidade e diminua o custo para o Estado'.

Coluna Carla Araújo - UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil perde 1,1 milhão de vagas de empregos no primeiro semestre



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Brasil perdeu mais de 1,1 milhão de vagas de emprego no primeiro semestre deste ano. O saldo do emprego formal ficou negativo em 1.198.363, resultado de 6.718.276 admissões e 7.916.639 desligamentos.

Em junho, as demissões de empregos formais chegaram a 906.444 e as admissões a 895.460, em junho. No mês, o saldo negativo ficou em 10.984 vagas, número inferior ao registrado em maio (-350.303), informou hoje (28) a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da **Economia**, que divulgou os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

A secretaria destaca que, em junho, 'o **mercado** formal de trabalho apresentou melhora em relação a maio. Junho teve 16% menos desligamentos (166.799) e 24% mais admissões (172.520) do que maio'. A quantidade total de vínculos ativos com carteira assinada ficou em 37.611.260. O **salário** médio de admissão em junho foi de R\$ 1.696,92.

Setores

A agropecuária foi o setor de melhor desempenho, com a abertura de 36.836 novas vagas, seguido pela construção civil, que registrou saldo positivo de 17.270 postos de trabalho. Comércio e serviços registram saldos negativos com o fechamento de 16.646 e 44.891 vagas, respectivamente.

Regiões

Entre as regiões, o Centro-Oeste, Norte e Sul tiveram resultados positivos, com saldos de 10.010, 6.547 e 1.699, respectivamente. O pior resultado foi o da Região Sudeste que fechou o mês com menos 28.521 vagas. No Nordeste, o saldo ficou negativo em 1.341.

IstoÉ

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

País registra perda de 10,9 mil vagas de empregos formais em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As demissões de empregos formais chegaram a 906.444 e as admissões a 895.460, em junho. Com isso, o saldo negativo ficou em 10.984 vagas, número inferior ao registrado em maio (-350.303), informou hoje (28) a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da **Economia**, que divulgou os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

A secretaria destaca que, em junho, 'o **mercado** formal de trabalho apresentou melhora em relação a maio. Junho teve 16% menos desligamentos (166.799) e 24% mais admissões (172.520) do que maio'.

No primeiro semestre, o saldo do emprego

formal ficou negativo em 1.198.363, resultado de 6.718.276 admissões e 7.916.639 desligamentos.

A quantidade total de vínculos ativos com carteira assinada ficou em 37.611.260. O **salário** médio de admissão em junho foi de R\$ 1.696,92.

O secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, afirmou que os dados mostram 'uma reação clara do **mercado** de trabalho', com retomada da **economia**. 'Posso trazer indícios claros que já iniciamos a retomada. A retomada do **mercado** de trabalho é muito forte, expressiva. Temos meios para surpreender o mundo, como o nosso ministro da **Economia**, Paulo Guedes, tem dito', afirmou.

Setores

A agropecuária foi o setor de melhor desempenho, com a abertura de 36.836 novas vagas, seguido pela construção civil, que registrou saldo positivo de 17.270 postos de trabalho. Comércio e serviços registram saldos negativos com o fechamento de 16.646 e 44.891 vagas, respectivamente.

Regiões

Entre as regiões, o Centro-Oeste, Norte e Sul tiveram resultados positivos, com saldos de 10.010, 6.547 e 1.699, respectivamente. O pior resultado foi o da Região Sudeste que fechou o mês com menos 28.521 vagas. No Nordeste, o saldo ficou negativo em 1.341.

Entre as unidades da Federação, o melhor resultado foi registrado em Mato Grosso com a abertura de 6.709 postos de trabalho. Em

contrapartida, o pior resultado foi no Rio de Janeiro que em junho registrou o fechamento de 16.801 vagas.

Reforma trabalhista

A modalidade trabalho intermitente teve saldo positivo de 5.223 empregos, resultado de 11.848 admissões e 6.625 desligamentos. De acordo com a secretaria, 79 trabalhadores tiveram mais de um contrato intermitente.

Com 5.889 admissões em regime de tempo parcial e 11.461 desligamentos, o trabalho em regime de tempo parcial teve resultado negativo (-5.572). Foram registrados 19 trabalhadores com mais de um contrato em regime de tempo parcial.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Contas externas têm saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

Foi o terceiro mês seguido de superávit

Divulgação

As contas externas registraram saldo positivo em junho, informou hoje (28) o Banco Central (BC). O superávit em transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, chegou a US\$ 2,235 bilhões. Esse foi o terceiro mês seguido de superávit e, de acordo com dados revisados, é o maior saldo positivo para junho da série histórica do BC, iniciada em 1995.

Em junho de 2019, foi registrado déficit em transações correntes de US\$ 2,659 bilhões. 'Essa mudança decorreu, principalmente, da redução de US\$ 2,2 bilhões no déficit em serviços e do aumento de US\$ 2,2 bilhões no superávit comercial', disse o BC, em relatório.

No primeiro semestre, as transações correntes tiveram déficit de US\$ 9,734 bilhões, recuo de 53,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o saldo negativo chegou a US\$ 20,998 bilhões.

Em 12 meses encerrados em junho, o déficit chegou a US\$ 38,2 bilhões (2,35% do Produto Interno Bruto - PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país), ante US\$ 43,1 bilhões (2,58% do PIB) até o mês anterior.

Balança comercial

Em junho, as exportações de bens totalizaram US\$ 17,997 bilhões e as importações, US\$ 11,099 bilhões, resultando no superávit comercial de US\$ 6,898 bilhões, contra US\$ 4,714 bilhões no mesmo mês do ano passado. De janeiro a junho, o superávit comercial chegou a US\$ 19,327 bilhões, ante US\$ 22,412 bilhões do mesmo período de 2019.

Serviços

O déficit na conta de serviços (viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos, entre outros) atingiu US\$ 1,371 bilhão em junho, ante US\$ 3,550 bilhões em igual período de 2019. No primeiro semestre, o

saldo negativo chegou a US\$ 11,187 bilhões, resultado menor que o registrado de janeiro a junho de 2019, de US\$ 17,653 bilhões.

'A pandemia de covid-19 permanece afetando a conta de viagens internacionais, na qual se observou diminuição interanual de 93,7% nas despesas líquidas [receitas de estrangeiros no Brasil menos gastos de brasileiros no exterior] para US\$ 72 milhões em junho de 2020, em comparação a US\$ 1,2 bilhão no mesmo mês do ano anterior. Ainda na comparação interanual, ocorreram recuos de 55,3% e de 84,3% nas receitas e despesas de viagens, respectivamente', informou o BC.

O banco destacou 'reduções de 28,7% nas despesas líquidas de aluguel de equipamentos, para US\$ 941 milhões, e de 83,4% nas despesas líquidas de transporte, para US\$90 milhões', que também fazem parte da conta de serviços.

Viagens internacionais

Em julho, até o último dia 23, a conta de viagens gerou receitas de US\$ 93 milhões e despesas de US\$ 181 milhões, resultando no déficit de US\$ 88 milhões. A conta de viagens internacionais tem sido afetada pelas restrições de entrada e saída dos países e pelas medidas de isolamento social, necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Rendas

Em junho de 2020, o déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de **juros** e salários) chegou a US\$ 3,452 bilhões, contra US\$ 3,876 bilhões no mesmo período de 2019. De janeiro a junho, o saldo negativo ficou em

US\$ 18,608 bilhões, ante US\$ 26,420 bilhões em igual período do ano passado.

A conta de renda secundária (gerada em uma **economia** e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens) teve resultado positivo de US\$ 160 milhões, contra US\$ 52 milhões em junho de 2019. Nos seis meses do ano, o resultado positivo chegou a US\$ 734 milhões, ante US\$ 662 milhões em igual período de 2019.

Investimentos

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 4,754 bilhões no mês passado, ante US\$ 574 milhões em junho de 2019.

No primeiro semestre, o IDP chegou a US\$ 25,349 bilhões, ante US\$ 32,233 bilhões nos cinco meses de 2019. Nos 12 meses encerrados em junho de 2020, o IDP totalizou US\$ 71,7 bilhões, correspondendo a 4,41% do PIB, em comparação a US\$ 67,5 bilhões (4,05% do PIB) no mês anterior.

Em junho, após quatro meses de saídas líquidas, os investimentos em carteira no **mercado** doméstico somaram ingressos líquidos (descontadas as saídas) de US\$ 2,380 bilhões, dos quais US\$ 1,948 bilhão em títulos de dívida e US\$ 432 milhões em ações e fundos de investimento. Nos seis primeiros meses de 2020, houve saídas líquidas de US\$ 31,252 bilhões, de ingressos líquidos de US\$ 9,087 bilhões, em período similar do ano anterior. Nos 12 meses até junho, a saída líquida de investimento em carteira no **mercado** doméstico somou US\$ 47,9 bilhões.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

RN fecha 15.761 mil vagas de trabalho no primeiro semestre, segundo o Caged



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A **economia** potiguar fechou 15.761 vagas de trabalho com carteira assinada no primeiro semestre de 2020, segundo o Ministério da **Economia**. Os números fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado nesta terça (28).

O saldo é a diferença entre as contratações e a demissões. No semestre foram registrados 56.915 admissões e 72.676 desligamentos no Rio Grande do Norte.

Em todo o país foram 1,19 milhão de vagas fechadas. Foram 7,9 milhões de desligamentos e 6,7 milhões de novas admissões no primeiro

semestre deste ano no Brasil.

No RN, junho foi o único mês com saldo positivo nas vagas. Foram registrados 9.469 admissões e 7.723 demissões, um saldo de 1.746 vagas.

O pior mês em relação a perda de vagas no RN foi abril, mês em que tiveram início as restrições ao funcionamento do comércio por causa da pandemia do novo coronavírus. Naquele mês, foram registrados 13.703 desligamentos e 4.613 admissões.

O **mercado** de trabalho, assim como toda a **economia**, sofreu diretamente o impacto da pandemia do novo coronavírus. O alto risco de contágio em locais cheios ou fechados, assim como as medidas de isolamento social, tomadas de acordo com orientações de autoridades de saúde, diminuíram a circulação de pessoas e o consumo de diversos bens e serviços.

G1RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Rio Grande do Norte abre 1.746 novos postos de trabalho em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após sucessivos resultados negativos no ano, o Rio Grande do Norte atingiu um saldo positivo de empregos em junho. No mês, foram abertas 1.746 novas vagas, como resultado de um número maior de contratações frente às demissões, já que no período foram demitidos 7.723 trabalhadores, mas, em compensação foram admitidas outras 9.469 pessoas. Ao longo de 2020, esse é o primeiro mês em que o estado registra alta no **mercado** de emprego com carteira assinada.

As informações foram analisadas pela equipe técnica do Sebrae no Rio Grande do Norte com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do

Ministério da **Economia**. O estado acumula um estoque de 411.855 pessoas empregadas no **mercado** formal.

O setor que mais contribuiu para esse saldo positivo em junho foi o setor de serviços criou em junho 1.234 vagas, com destaque para o teleatendimento, que absorveu uma mão de obra da ordem de 822 pessoas. O agronegócio com a retomada da safra do melão no Oeste Potiguar foi o segundo que mais gerou novas vagas. Essa cultura absorveu 829 novos trabalhadores das 885 vagas abertas no campo. Mas, no semestre, o cultivo de melão acumula um saldo negativo de 3.167 vagas.

Já a construção civil abriu 204 novas frentes de trabalho. No sexto mês do ano, o comércio teve um saldo negativo em 110 vagas e a indústria de transformação registrou uma perda de 467 postos. Esses novos postos gerados em junho foram ocupados principalmente por pessoas do sexo masculino (1.613). As contratações de mulheres chegaram 133. Analisando por cidade, as vagas foram abertas principalmente em Natal (851 empregos) e Mossoró (649 vagas).

Para o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, ainda é cedo para avaliar essa recuperação da empregabilidade de junho como uma tendência, entretanto sinaliza que o RN conseguiu uma reação no campo do trabalho. 'Ainda é prematuro analisar esse resultado como uma tendência, mas é um dado importante. E mais, mostra uma alta nas contratações na cultura do melão, cujo período de safra está apenas começando. E desponta também um segmento relevante para a

economia em tempos de pandemia, o dos call centers, que passaram a ser demandados, assim como a construção civil que voltou a contratar', analisa o diretor.

A geração de empregos em junho, no entanto, ainda não foi suficiente para equilibrar as perdas nos cinco meses anteriores. De janeiro a junho, o Rio Grande do Norte acumula um déficit superior a 17,7 mil vagas de emprego. Abril foi o mês com o maior pico de perdas, com mais de 9 mil postos de trabalho perdidos, seguido de maio, quando o estado encerrou 3,5 mil vagas.

No semestre, a construção civil é o único segmento que acumula um saldo positivo de emprego, com 573 novos postos abertos. O setor de serviços, porém, foi o que mais demitiu e fechou 4.756 vagas no período. O segundo com o maior déficit foi o agropecuário, que teve maiores baixas: 4.747 empregos perdidos. O comércio vem em seguida com 3.498 postos de trabalho encerrados e a indústria com outras 3.333 vagas fechadas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Contas externas têm saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

As contas externas registraram saldo positivo em junho, informou hoje (28) o Banco Central (BC). O superávit em transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, chegou a US\$ 2,235 bilhões. Esse foi o terceiro mês seguido de superávit e, de acordo com dados revisados, é o maior saldo positivo para junho da série histórica do BC, iniciada em 1995.

Em junho de 2019, foi registrado déficit em transações correntes de US\$ 2,659 bilhões. 'Essa mudança decorreu, principalmente, da

redução de US\$ 2,2 bilhões no déficit em serviços e do aumento de US\$ 2,2 bilhões no superávit comercial', disse o BC, em relatório.

No primeiro semestre, as transações correntes tiveram déficit de US\$ 9,734 bilhões, recuo de 53,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o saldo negativo chegou a US\$ 20,998 bilhões.

Em 12 meses encerrados em junho, o déficit chegou a US\$ 38,2 bilhões (2,35% do Produto Interno Bruto - PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país), ante US\$ 43,1 bilhões (2,58% do PIB) até o mês anterior.

Balança comercial

Em junho, as exportações de bens totalizaram US\$ 17,997 bilhões e as importações, US\$ 11,099 bilhões, resultando no superávit comercial de US\$ 6,898 bilhões, contra US\$ 4,714 bilhões no mesmo mês do ano passado. De janeiro a junho, o superávit comercial chegou a US\$ 19,327 bilhões, ante US\$ 22,412 bilhões do mesmo período de 2019.

Serviços

O déficit na conta de serviços (viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos, entre outros) atingiu US\$ 1,371 bilhão em junho, ante US\$ 3,550 bilhões em igual período de 2019. No primeiro semestre, o saldo negativo chegou a US\$ 11,187 bilhões, resultado menor que o registrado de janeiro a junho de 2019, de US\$ 17,653 bilhões.

'A pandemia de covid-19 permanece afetando a conta de viagens internacionais, na qual se observou diminuição interanual de 93,7% nas despesas líquidas [receitas de estrangeiros no Brasil menos gastos de brasileiros no exterior] para US\$ 72 milhões em junho de 2020, em comparação a US\$ 1,2 bilhão no mesmo mês do ano anterior. Ainda na comparação interanual, ocorreram recuos de 55,3% e de 84,3% nas receitas e despesas de viagens, respectivamente', informou o BC.

O banco destacou 'reduções de 28,7% nas despesas líquidas de aluguel de equipamentos, para US\$ 941 milhões, e de 83,4% nas despesas líquidas de transporte, para US\$90 milhões', que também fazem parte da conta de serviços.

Viagens internacionais

Em julho, até o último dia 23, a conta de viagens gerou receitas de US\$ 93 milhões e despesas de US\$ 181 milhões, resultando no déficit de US\$ 88 milhões. A conta de viagens internacionais tem sido afetada pelas restrições de entrada e saída dos países e pelas medidas de isolamento social, necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Rendas

Em junho de 2020, o déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de **juros** e salários) chegou a US\$ 3,452 bilhões, contra US\$ 3,876 bilhões no mesmo período de 2019. De janeiro a junho, o saldo negativo ficou em US\$ 18,608 bilhões, ante US\$ 26,420 bilhões em igual período do ano passado.

A conta de renda secundária (gerada em uma

economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens) teve resultado positivo de US\$ 160 milhões, contra US\$ 52 milhões em junho de 2019. Nos seis meses do ano, o resultado positivo chegou a US\$ 734 milhões, ante US\$ 662 milhões em igual período de 2019.

Investimentos

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 4,754 bilhões no mês passado, ante US\$ 574 milhões em junho de 2019.

No primeiro semestre, o IDP chegou a US\$ 25,349 bilhões, ante US\$ 32,233 bilhões nos cinco meses de 2019. Nos 12 meses encerrados em junho de 2020, o IDP totalizou US\$ 71,7 bilhões, correspondendo a 4,41% do PIB, em comparação a US\$ 67,5 bilhões (4,05% do PIB) no mês anterior.

Em junho, após quatro meses de saídas líquidas, os investimentos em carteira no **mercado** doméstico somaram ingressos líquidos (descontadas as saídas) de US\$ 2,380 bilhões, dos quais US\$ 1,948 bilhão em títulos de dívida e US\$ 432 milhões em ações e fundos de investimento. Nos seis primeiros meses de 2020, houve saídas líquidas de US\$ 31,252 bilhões, de ingressos líquidos de US\$ 9,087 bilhões, em período similar do ano anterior. Nos 12 meses até junho, a saída líquida de investimento em carteira no **mercado** doméstico somou US\$ 47,9 bilhões.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

RN - ECONOMIA

Faixa de extrema pobreza é a menor em 40 anos no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A faixa da população que vive em extrema pobreza foi a menor dos últimos 40 anos no Brasil, na passagem de maio para junho deste ano. É o que revela levantamento feito pelo pesquisador Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de **Economia** da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Covid 19 (Pnad Covid-19) de junho, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos parâmetros do Banco Mundial na definição de linha de pobreza.

Duque destacou que os níveis são os menores já registrados por todas pesquisas domiciliares brasileiras, mas disse que a comparação não é

perfeita porque a abrangência do modelo dos levantamentos mudou ao longo dos anos.

De acordo com a Pnad Covid 19, a faixa dos que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, ou R\$ 154 mensais, considerada de extrema pobreza caiu de 4,2% (8,8 milhões de pessoas) para 3,3% (6,9 milhões de pessoas) de maio para junho deste ano. Já a referente à parcela dos que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia, ou R\$ 446 mensais, ou na faixa de pobreza, caiu de 23,8% para 21,7%.

Para o pesquisador, as reduções coincidem com o aumento da cobertura do auxílio emergencial. Duque lembrou que, de maio para junho, o total de contemplados com o benefício passou de 45% para cerca de 50% da população, principalmente, os mais pobres.

Para ele, o aumento da cobertura foi possível com a redução dos problemas de acesso ao benefício ocorridos inicialmente. 'Em abril e maio ainda havia pessoas que estavam demorando a ser autorizadas. Isso aconteceu em grande volume. Depois, foi aumentando o número de pessoas com acesso ao auxílio, porque teriam direito mesmo, mas demoraram para conseguir', disse Duque.

O pesquisador acrescentou que a Pnad Covid 19 do mês de junho mostrou ainda que, mesmo quem não recebeu o auxílio, teve aumento de renda. 'Houve incremento de renda na população entre 20% e 30% mais pobre, que teve aumento, fora o auxílio. No entanto, o auxílio foi mais predominante, gerando aumento de quase R\$ 40 por pessoa entre os 10% mais

pobres. Entre os 10% e 20% mais pobres, o aumento foi de R\$ 20 e, entre os 20% e 30% mais pobres, de pouco mais de R\$ 23.' Segundo Duque, o principal responsável foi o auxílio emergencial, que aumentou cerca de R\$ 40 para os mais pobres [a faixa mais baixa] e R\$ cerca de R\$ 20 para os outros.'

Duque observou ainda que, também nesse período, o Congresso Nacional expandiu o universo das pessoas que teriam direito ao auxílio emergencial, e este foi mais um fator de impacto nos números. 'Ainda teve uma mudança de ampliação do auxílio no mês de maio, que teve reflexos no mês de junho', acrescentou.

O pesquisador disse que, em julho, a tendência é de estabilização, porque já estará quase completo o número de pessoas com direito ao auxílio emergencial. 'Ainda vai ter parcelas para receber, mas não vai aumentar o número de pessoas. Vai ter ainda alguma inclusão, mas será pequena.'

Para Duque, a expectativa de fim do benefício é uma preocupação porque pode alterar o cenário. Ele mencionou a possibilidade de criação de outro tipo de benefício no lugar do auxílio emergencial. Mesmo que o novo valor fique muito abaixo do auxílio pago atualmente, ainda assim se notará impacto, ressaltou o pesquisador.

'Supondo que o governo lance o Renda Brasil logo após o auxílio emergencial, o volume de transferência para as famílias será muito menor. Não há dúvida de que, se não houver uma forte recuperação do **mercado** de trabalho, voltaremos a ver novos aumentos da taxa de pobreza nos próximos meses. O maior

risco é aumentar tanto a taxa de pobreza e chegarmos a níveis menores do que tínhamos em 2019, 2018. Esse é o principal risco', afirmou Daniel Duque.

Na opinião do pesquisador, quanto mais demorar a definição de qual será a política social pós-pandemia, mais aumentará o risco de se deixarem muitas famílias vulneráveis à insuficiência de renda.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Coronel Hélio avalia crescimento da aprovação do Governo Bolsonaro no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

Pesquisas divulgadas na última semana mostram o crescimento da aprovação do Governo Bolsonaro no Nordeste e também no Rio Grande do Norte. No estado foram realizadas 12 pesquisas nas regiões do Seridó, Vale do Assu, Oeste, Agreste, no Mato Grande e na Grande Natal. Para o empresário e pré-candidato a prefeito de Natal pelo PRTB, Coronel Hélio Oliveira, a mudança é um reflexo da atuação do Governo Federal em relação às áreas econômicas e da saúde diante da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Em municípios como Caicó, Acari, Alexandria e Assu, a popularidade e aprovação do presidente aumentou mais que 50%, segundo dados das pesquisas divulgadas pelo Blog do BG. Nas cidades do Oeste pesquisadas, nas quais o presidente Bolsonaro perdeu para o adversário Haddad em 2018, ele tem hoje 40% de aprovação. Em Ceará-Mirim, a elevação da popularidade do presidente também é clara. Em média, em grande parte dos municípios potiguares, a aprovação do governo subiu 25%. Em duas cidades - a pesquisa não cita quais - nas quais o presidente tinha rejeição de 60% em dezembro de 2019, passou a ter 45% de aprovação e a rejeição caiu pela metade, para 30%.

Coronel Hélio avalia que o Governo Federal tem acertado e que as pessoas têm compreendido o esforço do presidente e das suas equipes econômicas e de saúde na tentativa de contribuir com ações de enfrentamento à pandemia. 'Os auxílios emergenciais, a liberação de recursos para estados e municípios e o apoio às empresas e microempresas, além de outras ações de enfrentamento à pandemia demonstram que há um grande compromisso do Governo Federal e que nele existem pessoas comprometidas com valores, princípios e moralidade que é, de fato, o que nos une. Neste momento, não podemos descuidar da saúde, é claro. Mas também precisamos focar na geração de emprego e renda para prepararmos o nosso estado e o nosso município para um urgente e necessário recomeço', pontua o presidente estadual do PRTB.

Entre março e junho, mais de 14 mil postos de

trabalho foram fechados no Estado, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados no final do mês de junho pelo Ministério da **Economia**. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o RN chegou ao número de 190 mil pessoas procurando por trabalho no mês de junho. A taxa de desocupação ficou em 13,8%. Em maio, ela era de 12,3%, o que representava 173 mil pessoas nessa condição. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19, de junho, e foram divulgados na última quinta-feira (23) pelo IBGE.

Já em relação ao Turismo, uma pesquisa realizada pela Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur), aponta que 84% das empresas tiveram uma queda superior a 75% no faturamento, das quais 79% correspondem a Microempreendedores Individuais (MEIs). Do total, 42% dos que atuam na área do turismo temem não reabrir, caso o isolamento social perdure por mais tempo. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN), a crise na hotelaria causou o desemprego de mais de 60% da mão de obra do setor. Atualmente, mais de 60% dos hotéis ainda estão fechados, e os que abriram têm baixíssima taxa de ocupação, não superando os 10%. A estimativa de perda de receita é de mais de R\$ 300 milhões com projeção de perdas de mais de R\$ 450 milhões até o final do ano, com o risco de falência de muitas empresas, se a crise perdurar.

No setor de alimentação, a Associação de Brasileira Bares e Restaurantes (Abrasel) estima que, em três meses de pandemia, foram fechados cerca de 3 mil empregos em

aproximadamente 400 bares e restaurantes de Natal, o que representa 20% dos 2 mil estabelecimentos.

Coronel Hélio Oliveira, que também exerce a função de Diretor de Relações Institucionais da Associação dos Pólos Industriais do RN (ASPIRN), explica que a elevação dos gastos governamentais com controle e fiscalização de **tributos** implica em mais dinheiro com custeio da máquina pública e menos recursos disponíveis para aqueles que desejam empreender. 'O governo, ao invés de 'incentivar' arbitrariamente e intervir nos diversos setores da **economia**, deveria, na verdade, responsabilizar-se por simplificar **tributos**, facilitar o ambiente de negócios e torná-lo previsível para todos. Só será possível atrair novos investimentos ao propiciar um ambiente de maior liberdade econômica e segurança jurídica, incentivando o pequeno e médio empreendedor', pontua.

Para ele, é preciso que o Executivo se preocupe com a recuperação da **economia**, mas também com a manutenção e a criação de empregos pós-pandemia. 'A desigualdade pode ser combatida com mais eficácia a partir da geração de emprego e renda para população. O Governo deve atuar como um facilitador desse processo e, sempre que possível, como um capacitador da mão-de-obra para que as pessoas possam gerar sua própria riqueza, estimulando um ambiente de maior empreendedorismo', conclui Coronel Hélio.

CENÁRIO NACIONAL

A pesquisa feita pelo Instituto Paraná Pesquisas entre os dias 18 e 21 de julho e divulgada pela Veja mostrou um salto no

número de nordestinos que dizem aprovar a gestão federal em relação ao levantamento anterior, feito entre 27 e 29 de abril. Há três meses, 30,3% da população do Nordeste dizia aprovar o governo, número que passou a 39,4% em julho, avanço de 9,1 pontos percentuais. Entre os que responderam que desaprovam o governo Bolsonaro, a proporção passou de 66,1% para 56,8%, recuo de 9,3 pontos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha com leve queda após dados positivos no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Num dia de muita oscilação no **mercado** financeiro, o dólar fechou praticamente estável, depois de chegar a subir quase 1% durante a sessão. A bolsa de valores caiu 0,35%, em meio à realização de lucros, quando investidores vendem papéis para embolsarem ganhos dos dias anteriores.

O dólar comercial encerrou esta terça-feira (28) vendido a R\$ 5,157, com queda de apenas R\$ 0,001 (-0,02%). Na máxima do dia, por volta das 10h40, a cotação chegou a bater em R\$ 5,205, mas recuou nas horas seguintes. A divisa acumula alta de 28,52% em 2020.

Divulgação de dados

A moeda norte-americana começou a recuar depois de o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostrar desaceleração no ritmo de perdas de postos de trabalho com carteira assinada em junho ante os meses anteriores. No mês passado, houve o fechamento de 10.984 vagas formais de trabalho no mês passado, bem abaixo dos números de março (-259.917), abril (-918.286) e maio (-350.303).

A melhora em alguns indicadores recentes pode fazer o Banco Central (BC) desistir de cortar a taxa Selic (**juros** básicos da **economia**) em 0,25 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima semana. A interrupção dos cortes nos **juros** estanca a fuga de capitais financeiros do país. Atualmente, a Selic está em 2,25% ao ano, no menor nível da história.

Também hoje, o Banco Central divulgou que o Brasil registrou, em junho, superávit de US\$ 2,2 bilhões, o melhor resultado da história para o mês. Os investimentos estrangeiros diretos no país somaram US\$ 4,754 bilhões no mês passado. Esses fluxos ajudam a compensar a retirada de capitais financeiros do país nos últimos meses, reduzindo a pressão sobre o dólar.

Bolsa

O Ibovespa, principal índice da B3 (a bolsa de valores brasileira), fechou em leve queda nesta terça, com a hesitação nas bolsas no exterior e com movimentos de realização de lucros. O indicador fechou aos 104.109 pontos, com recuo de 0,35%, depois de alternar altas e baixas ao longo do dia.

As negociações em torno do novo pacote de estímulos à **economia** norte-americana contribuíram para as oscilações no **mercado** financeiro. Os senadores republicanos anunciaram ontem (27) uma ajuda adicional de US\$ 1 trilhão para enfrentar a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

A proposta provocou reação dos democratas, que a consideraram tímida em comparação com a proposta de US\$ 3 trilhões aprovada na Câmara dos Deputados em maio, e de alguns republicanos, que a consideraram muito cara.

O impasse interferiu nos mercados norte-americanos. O índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, fechou esta terça com recuo de 0,77%. O enfraquecimento da confiança do consumidor norte-americano, segundo indicadores divulgados hoje, também pesou nas negociações.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Decreto altera regras de concessão de benefícios do INSS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

Um decreto publicado no início de julho consolidou alterações nas regras que disciplinam a concessão de benefícios aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), após a entrada em vigor da Reforma da Previdência.

Entre as principais mudanças trazidas pelo Decreto 10.410 está a inclusão na categoria de contribuinte individual os motoristas de aplicativos, artesãos e empregados sujeitos ao contrato de trabalho intermitente, entre outros.

Além disso, foram estendidos os direitos previdenciários ao trabalhador doméstico.

Agora, ele passa a ter direito a benefícios acidentários, como auxílio por incapacidade temporária e aposentadoria por incapacidade permanente.

Com a ampliação dos serviços remotos prestados pelo INSS, a nova regra incentiva a informatização dos serviços para que sejam prestados por meio de canais de atendimento eletrônico, tornando como exceção o que era regra, ou seja, o atendimento presencial apenas nos casos em que o requerente não disponha de meios digitais para obter ou comprovar seu direito.

'Isso se mostra importante para consolidar alterações na legislação dos últimos dez anos e também eliminar o avançado número de portarias administrativas regulamentadoras que tivemos nos últimos meses', diz João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

Veja outros pontos do decreto que trazem modificações importantes para segurados, de acordo com Badari:

Contagem do tempo de contribuição: passa a ser considerado por mês cheio, não mais por dias trabalhados.

Cadastro dos segurados especiais: prevê que o Ministério da **Economia** manterá sistema de cadastro dos segurados especiais (trabalhadores rurais que produzem em regime de **economia** familiar) no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para permitir a concessão automática dos benefícios.

13º salário: garante a antecipação do 13º

salário dos beneficiários do INSS de forma definitiva. Serão pagos 50% do valor em agosto e outros 50%, em dezembro. Antes, o segurado precisava aguardar um decreto presidencial anual.

Salário maternidade: foi criada uma espécie de 'pensão maternidade', em caso de óbito de segurados que recebiam o **salário**-maternidade.

Auxílio-reclusão: não pode ter valor superior a um **salário** mínimo, atualmente em R\$ 1.045, e é devido somente aos dependentes do segurado recolhido à prisão em regime fechado.

Dependência econômica: eram exigidos três documentos para a comprovação da dependência para receber benefícios previdenciários, agora o decreto regulamenta que serão dois documentos, por exemplo, o contrato de aluguel e um comprovante de dependência no imposto de renda.

Carência no recebimento de benefício por incapacidade: o recebimento de benefício por incapacidade (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) será considerado como tempo de contribuição se intercalado, porém, não será considerado como carência (número mínimo de contribuições mensais necessárias para ter direito ao benefício). O segurado afastado poderá contribuir como facultativo para obter tal período como carência.

Contribuição com valor inferior a 1 **salário** mínimo: caso a contribuição do mês seja menor que um **salário** mínimo, o trabalhador poderá agrupá-la com outro mês recolhido em valor menor, ou complementar o valor, pois ela não será considerada como tempo de contribuição e nem manterá sua qualidade de segurado se recolhida ao valor menor que o mínimo.

Aposentadoria especial: a efetiva exposição a agentes nocivos deverá ser comprovada desde que os EPI e EPC (equipamentos de proteção individual e coletiva) não eliminem nem neutralizem os agentes para a saúde do trabalhador. O critério utilizado não será mais a NR (Norma Regulamentadora do direito trabalhista) e, sim, as Normas de Higiene Ocupacional da Fundacentro. Antes, no caso de exposição a agentes cancerígenos, era presumido que eles possuíam nocividade à saúde do segurado, caracterizando o direito à aposentadoria especial ou a conversão do período em comum. Além disso, o decreto não menciona o período de recebimento de auxílio-doença acidentário como tempo especial, o que impacta no direito à aposentadoria especial.

Possibilidade de concessão de benefício diverso do requerido: o decreto estabelece que caberá ao INSS conceder o benefício mais vantajoso ao requerente ou benefício diverso do requerido, desde que os elementos constantes do processo administrativo assegurem o reconhecimento desse direito.

Pessoa com deficiência: o cálculo da aposentadoria deve considerar todos os salários de contribuição, sem descartar os menores. Entretanto, a Reforma da Previdência determinou que o segurado com deficiência tem o direito de desconsiderar no cálculo da aposentadoria os 20% menores salários de contribuição a partir de julho de 1994. Segundo Badari, caberá ao segurado recorrer ao poder Judiciário para revisar seu benefício, pois um decreto não pode ir contra norma expressa pela Emenda Constitucional 103/19 (responsável pela reforma).

Atividades concomitantes: o segurado pode somar as contribuições das atividades concomitantes recolhidas no mesmo mês, pois

não há mais distinção entre atividades secundária e principal, independente do período trabalhado. Atividades concomitantes são ter mais de um emprego ao mesmo tempo, comum entre profissionais da saúde e professores. Por exemplo, um médico presta serviço como plantonista em um hospital e, em dia diverso, em sua clínica. Portanto, o período concomitante é o tempo em que um trabalhador teve duas atividades simultâneas e recolheu a contribuição para a Previdência durante esse período sobre as duas.

Novas regras dificultam aposentadoria especial

Entre as mudanças, João Badari destaca a maior dificuldade para que trabalhadores consigam alcançar o direito à aposentadoria especial por conta do contato com agentes cancerígenos, como combustíveis, agrotóxicos, minérios e radiação presente em laboratórios de rai-X.

A regra anterior permitia que a caracterização do tempo especial fosse automática por conta da atividade de trabalho. O novo decreto, porém, determinou que o trabalhador será considerado efetivamente exposto ao agente cancerígeno somente quando a nocividade não tiver sido neutralizada por medidas de controle.

De acordo com especialistas, a mudança afeta profissionais de postos de combustíveis, do setor agrícola, mineradores, operários da indústria química e construção civil e trabalhadores da área da saúde e de laboratórios, entre outros.

João Badari afirma que a tendência é que trabalhadores dessas categorias percam o direito à aposentadoria especial mesmo que tenham contato habitual com as substâncias cancerígenas.

'Para agentes cancerígenos como o benzeno, que é um elemento necessário para a fabricação da gasolina e que anualmente acomete diversos frentistas, não existia Equipamento de Proteção Individual (EPI) eficaz ou um limite tolerável de exposição. O simples fato de trabalhar diariamente com o produto já possuía presunção de nocividade. Agora, se adotadas medidas de controle previstas na legislação trabalhista, poderá ser eliminada a nocividade', exemplifica.

Conforme as novas regras aprovadas pela reforma da Previdência, em vigor desde novembro do ano passado, os critérios para alcançar o direito à aposentadoria especial variam conforme o grau de periculosidade do trabalho. Homens e mulheres necessitam completar 60 anos de idade mais 25 anos de tempo especial em atividade de menor risco; 58 de idade mais 20 anos de tempo especial para o médio risco; e 55 anos de idade mais 15 anos de tempo especial para atividades de maior risco.

Documentos como o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), fornecidos obrigatoriamente pelas empresas, comprovam o contato com os agentes nocivos à saúde, a exemplo de substâncias cancerígenas.

'Daqui para frente, será preciso provar que o uso de equipamentos de proteção não é suficiente para inibir os efeitos daquele agente cancerígeno. As empresas colocam que há o uso de EPI eficaz, ainda que outra seja a realidade, e o segurado encontrará mais dificuldade para fazer valer o seu direito', aponta Erick Magalhães, advogado previdenciário e sócio do escritório Magalhães & Moreno Advogados.

A nova regulamentação também impactou o direito à aposentadoria especial ao não mencionar o período de recebimento de auxílio-doença acidentário como tempo especial. 'Certamente essa questão resultará em ações judiciais, já que não é aceitável que um trabalhador vítima de doença do trabalho ou acidente do trabalho não tenha reconhecido esse tempo como especial, especialmente quando se observa que, nesse período, o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é obrigatório justamente por se tratar de acidente ou doença ocupacional', observa Erick Magalhães.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Rio Grande do Norte registra primeiro saldo positivo de empregos em 2020; 1.746 novas vagas foram abertas em junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Rio Grande do Norte teve, no mês de junho, o primeiro saldo positivo no quantitativo de empregos formais de 2020. Depois de seguidos números negativos, de janeiro a maio, o Estado

registrou 9.469 admissões contra 7.723 demissões, com um saldo de 1.746 contratações, uma variação relativa de 0,43%. O resultado de junho, no Estado, foi o terceiro maior do Norte-Nordeste, e decorre de um aumento de 51,4% nas contratações e de um decréscimo de 20,88% nas demissões. Em Natal, o saldo positivo foi de 851 vagas abertas. Foram 4.043 contratações contra 3.192 desligamentos. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado nesta terça-feira (28) pelo Ministério da **Economia**.

No Norte/Nordeste, considerando os estados com maior saldo positivo, o RN fica em terceiro abaixo do Pará (+4.550) e Maranhão (+3.907). Um bom resultado também foi atingido pelo estado do Tocantins (+ 1.202). Das 27 unidades federativas (estados e Distrito Federal), 17 apresentaram saldos positivos quanto à variação de empregos formais. As outras dez tiveram mais demissões do que admissões no mês passado. No País, os estados com maior saldo positivo foram o Mato Grosso: +6.790 postos (+0,95%); Pará: +4.550 (+0,63%); e Goiás: +4.334 (+0,36%). Os que tiveram maior saldo negativo foram o Rio de Janeiro: -16.801 (-0,54%); São Paulo: -13.299 (-0,11%) e Rio Grande do Sul: -4.851 (-0,20%).

No RN, o resultado de junho foi o melhor para o mês desde 2010, quando o saldo foi positivo em 2.670 empregos formais. Em junho de 2019, houve abertura de 1.237 vagas. No semestre, os primeiros cinco meses foram de mais demissões do que admissões, com destaque para abril, que teve 13.703 desligamentos

contra 4.613 contratações. Abril foi o primeiro mês que se iniciou com medidas restritivas a atividades econômicas no Estado, em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

No acumulado do ano, o Rio Grande do Norte ainda registra um fechamento líquido de 15.761 vagas de emprego formal com carteira assinada em junho. Foram 56.915 admissões contra 72.676 desligamentos. Entre março e junho, houve o fechamento de 13.126 postos de trabalho formal no Rio Grande do Norte, puxado pelos setores de serviços (-5.317), comércio (-3.516) e indústria (-2.299). No total, foram 32.125 admissões contra 45.251 desligamentos. O estoque de empregos formais no Estado é de 411.855 pessoas. Em 1º de janeiro deste ano, esse estoque era de 427.616 empregados.

Cenário nacional

O desempenho do emprego em junho, no RN, foi na contramão dos resultados no Brasil. Com queda nas demissões e aumento nas contratações, o **mercado** de trabalho registrou em junho a menor perda de vagas desde a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil, em março. Houve um fechamento líquido de 10.984 empregos com carteira assinada em junho. Em maio, a perda havia sido de 350.303 vagas, sucedendo o fundo do poço de abril com fechamento de 918.296 postos de trabalho, e a destruição de 259.917 vagas em março. Os dados de meses anteriores foram atualizados nesta terça pela pasta. Entre março e junho, a perda de empregos formais para a pandemia chegou a 1,539 milhão.

O resultado de junho decorre de 895.460 admissões e 906.444 demissões. O volume

representa um acréscimo de 24% nas contratações e uma queda de 16% nos desligamentos em relação a maio. Ainda assim, esse foi o pior resultado para o mês desde 2016, quando o saldo líquido foi negativo em 91.032 vagas. Em junho de 2019, houve a abertura de 48.436 vagas com carteira assinada.

No acumulado do ano até junho, o saldo do Caged foi negativo em 1,198 milhão de vagas, o pior desempenho para o primeiro semestre da série histórica disponibilizada pelo ministério (2002).

Sudeste

O que impulsionou o saldo negativo no país foi o resultado da Região Sudeste, onde teve queda de 28.521 vagas de emprego. Junto com o Nordeste (-1.341), estas foram as duas regiões que apresentaram baixa no período.

No Nordeste, o Rio Grande do Norte ficou atrás apenas do Maranhão (0,82%), em relação a variação relativa de admissões e demissões. Os dois pertencem ao grupo, junto de Alagoas (0,27%), Piauí (0,11%) e Paraíba (0,01%) que mostraram aumento no número de empregos formais na região.

Resultados no Rio Grande do Norte

Dados do Novo Caged para junho/2020 foram divulgados ontem pelo Ministério da **Economia**

Créditos: Divulgação

Créditos: Divulgação

Créditos: Divulgação

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Para bancar desoneração, governo vai propor 'microimposto'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O assessor especial do Ministério da **Economia**, Guilherme Afif Domingos, informou que o governo vai enviar já em agosto ao Congresso a proposta de criação de uma "microimposto" digital para desonerar a folha de salários das empresas (redução dos **tributos** cobrados sobre os salários) e viabilizar a reforma tributária. Os cálculos iniciais apontam um potencial de arrecadação de R\$ 120 bilhões ao ano. A alíquota em estudo é de 0,2%, como antecipou o Estadão. A base de tributação, disse ele, será mais ampla do que a da extinta CPMF.

A ideia do governo é que o novo imposto incida sobre pagamentos ou comércio em meio eletrônico, o que pode incluir transferências e

pagamentos feitos por meio de aplicativos de bancos, por exemplo. O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, já disse que a intenção é ampliar a base de cobrança, ou seja, a variedade de locais onde os impostos incidem. A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde - a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação.

Em entrevista ao Estadão, Afif disse que Guedes pretende com o novo tributo financiar a desoneração parcial da folha para salários entre 1 e 1,5 mínimo (R\$ 1.045 e R\$ 1.567,50), viabilizar o programa social "Renda Brasil" (pensado para substituir o Bolsa Família) e aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) (hoje, em R\$ 1,9 mil).

"Que me apontem uma alternativa que não seja essa", desafiou Afif, que tem participado das discussões da proposta. Segundo ele, o ministro vai apresentar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para que possa ser discutida pelos parlamentares na reforma tributária, da qual a primeira parte foi enviada na semana passada ao Congresso.

Segundo Afif, Guedes apresentou o projeto de criação da Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), unificando o PIS/Cofins como um "sinal de respeito" ao Congresso para acoplar a proposta nas PECs que já tramitam no Senado e na Câmara. "Vamos levar o projeto (desoneração) para juntos definirmos as prioridades dentro do princípio do equilíbrio orçamentário", disse. "Quando mais ampla (a base sobre a qual o novo imposto vai incidir), menor a alíquota".

A desoneração atende, sobretudo, o setor de serviços, que se sente prejudicado pela proposta que foi apresentada pelo governo até o momento. Diferentemente da indústria, o setor de serviços não tem muitas etapas de produção e é formado basicamente por mão de obra. Por isso, não tem espaço para abater os impostos em fases anteriores da produção. Em média o setor paga 4,5%, abaixo dos 12% que prevê a alíquota unificada.

"O que a turma não entende do fatiado e do não fatiado é que temos que apresentar a ideia global e agir com a ideia local com a urgência, emergência e factibilidade política", disse Afif. Na sua avaliação, o que o governo não está querendo confrontar e sim cooperar com o Congresso.

Afif comparou a primeira etapa da reforma tributária a uma tomada para "engatar a máquina". "E não é uma tomada de três pinos. É universal, que é o IVA (imposto sobre valor agregado) dual", disse ele, numa referência à proposta de um IVA federal e outro dos Estados e municípios.

Ele elencou os passos seguintes da reforma: a desoneração da folha e a correção da tabela do IRPF, que vai incluir, além do aumento da faixa de isenção, a diminuição das deduções previstas em saúde e educação, que reduzem o imposto a pagar. O governo vai também redesenhar as alíquotas para redistribuir sem aumentar a carga tributária.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Perdas do Brasil na 'guerra fria'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ney Lopes

Jornalista, ex-deputado federal e advogado

No primeiro semestre de 2021, provavelmente será realizado o leilão das frequências do 5G para as operadoras de telefonia móvel. O 5G é a quinta geração de redes móveis. Permite aumento e estabilidade, quase inimagináveis, para smartphones, tablets, carros autônomos, televisões, celulares, residências e até cidades inteligentes. Opera com velocidade 20 vezes maior do que o 4G.

O Brasil está 'entre a cruz e a espada'. Terá que esclarecer no leilão, o 'imbróglío' de permitir, ou

não, a participação da empresa chinesa 'Huawei'. O presidente Trump, em campanha política, 'maliciosamente' 'politizou' o tema e quer afastar a China na disputa, ao denunciar que o país deseja espionar as comunicações estrangeiras. Trump não dá nenhuma garantia, de que as preferidas dos Estados Unidos são 100% seguras.

Em pleno século XXI, surge nova 'guerra fria', com a Casa Branca desejando manter a hegemonia americana, no momento em que a empresa 'Huawei' acaba de superar, no **mercado** de telefonia móvel, o grupo californiano 'Apple', fundado por Steve Jobs.

O veto aos chineses, forçado por Trump, preocupa a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que considera prejudicial ao Brasil e causará retaliações, especialmente no agronegócio. Paulo Guedes, ministro da **Economia**, também quer um modelo aberto de concorrência. O grande risco está na influência da ala ideológica, do governo Jair Bolsonaro, que enxerga 'comunismo', 'esquerda' e 'vermelhinhos', em tudo que contrarie a sua paranoia. O líder dessa 'ala' é o ideólogo de ultradireita, Olavo de Carvalho, cuja filha Heloísa de Carvalho Martin Arribas disse à EPOCA, que ele já foi muçulmano e chegou a ter três esposas, ao mesmo tempo. Esse grupo 'olavista' defende a exclusão da 'Huawei', por considerar ameaça à soberania nacional. A ala militar não se manifestou. O general Mourão, com bom senso, mantém interlocução com a China.

Inegavelmente, o 5G trará avanços de inclusão

digital e o nosso país não poderá deixar de usar a tecnologia. Entre os benefícios estão o incremento da telemedicina, com possibilidade de cirurgias online por meio da robótica; ampliação do uso de drones para entrega de produtos; ações na segurança pública; monitoramento de estradas etc. Ao invés de exclusão da 'Huawei', o ideal seria o Brasil buscar o melhor preço para o usuário final, a qualidade de tecnologia e a segurança de auditoria sobre os equipamentos.

O **mercado** brasileiro poderá atrair até 180 bilhões de reais em investimentos, por sermos o país que tem mais celulares que habitantes, no total de 225,3 milhões de aparelhos para 209,5 milhões de pessoas. A maior preocupação com possíveis medidas extremas, vem do 'agrobusiness' brasileiro, que exporta produtos agropecuários e alimentos para os chineses, equivalente a 33,8% do total de vendas, com volume de exportações quatro vezes superior ao dirigido para os Estados Unidos, o nosso maior concorrente nessa área.

O Brasil é o maior produtor global de soja e carnes e não podemos desconhecer que a China responderá por um quarto do aumento do consumo de proteínas animais do mundo, até 2030. Além disso, os chineses detêm 18% da capitalização do **mercado** global e 13% das exportações. Após a pandemia, as exportações brasileiras estão cada vez mais dependentes do comprador chinês. As nossas vendas saltaram de 1,9% (2001) para 33,8%. Enquanto isto, o comércio com os Estados Unidos caiu de 22,6% para 9,9% e com a União Europeia de 25,4% para 15,4%.

Diante de tantas evidências, o nosso melhor caminho será deixar a decisão sobre o 5G nas

mãos do **mercado**, com a adoção de regras rígidas de fiscalização, em defesa do consumidor, através da agência reguladora. Além da Huawei, Samsung e Apple, as outras concorrentes oferecerão as suas propostas, no leilão da ANATEL. O presidente Trump não tem o direito de impor, o que será melhor para os nossos interesses. Ele, como conservador, conhece a teoria de Friedrich Hayek, inspirador dos republicanos, que considera a 'concorrência' o alicerce das economias livres. Nunca é demais lembrar, que 'os americanos são frios e preservam seus interesses: 'amigos, amigos; negócios à parte'.

Nesta 'guerra fria' deixar de aplicar a 'livre concorrência', para atender certos ensandecidos, 'apoiadores' do Presidente, será condenar o Brasil às consequências do ditado popular, de que 'na briga do rochedo com o mar, quem perde é o marisco'. O pior: dará um 'tiro no pé', pelas perdas causadas ao nosso bem-sucedido agronegócio.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

PRONAMPE: Linha de crédito para pequenas empresas se esgota em 20 dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Com os recursos para empréstimos praticamente esgotados, o Pronampe (Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) é, até o momento, o único programa de crédito do governo bem sucedido na crise. Dos R\$ 18,7 bilhões disponibilizados, R\$ 18,6 bilhões - ou 99,5% do total - já foram efetivamente emprestados a empresas em dificuldades.

Nas demais linhas lançadas durante a pandemia do novo coronavírus, os percentuais não

superam os 30% e os montantes envolvidos são bem menores. Na quarta-feira, o plenário da Câmara poderá avaliar a ampliação de recursos do Pronampe.

O sucesso do Pronampe pode ser medido pela rapidez com que as micro e pequenas empresas esgotaram o crédito disponível. O programa ganhou impulso em 6 de julho, uma segunda-feira, quando o Banco do Brasil começou a operar a linha. Apenas naquele dia, o banco estatal liberou R\$ 1,8 bilhão.

Desde então, o que se viu foi uma verdadeira corrida das empresas aos bancos, em todos os Estados, em busca de acesso ao crédito. Em três semanas, a linha secou.

A procura é justificada pelas condições favoráveis. A taxa de **juros** máxima corresponde à Selic (a taxa básica da **economia**, hoje em 2,25% ao ano) mais 1,25% ao ano. O prazo para pagamento é de 36 meses. Podem acessar o crédito micro e pequenas empresas que tenham até R\$ 4,8 milhões de receita bruta anual. Cada empresa pode obter recursos equivalentes a até 30% do faturamento registrado em 2019.

O dinheiro pode ser usado para investimentos (compra de máquinas e equipamentos e realização de reformas) e para despesas operacionais (pagamento de salários e contas em geral).

Para incentivar os empréstimos por parte dos bancos, o Tesouro aportou R\$ 15,9 bilhões em recursos no Fundo Garantidor de Operações

(FGO). Com isso, o fundo passou a ter capacidade para garantir até R\$ 18,7 bilhões em crédito via Pronampe. Até 85% da carteira de empréstimos de cada banco foram garantidos.

Na prática, o FGO fez com que os bancos perdessem o medo de emprestar, o que tornou o acesso ao Pronampe mais simples. 'Foi muito rápido. Não vimos isso no programa de folha de pagamento', comparou a economista Isabela Tavares, da Tendências Consultoria Integrada. A referência diz respeito ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), lançado em abril pelo governo e que se revelou um fracasso até o momento: dos R\$ 40 bilhões anunciados, apenas R\$ 5 bilhões (12,5%) foram liberados às empresas.

De acordo com Isabela, contribuíram para o bom desempenho do Pronampe o fato de o FGO cobrir o risco das operações e a possibilidade de livre utilização dos recursos sem contrapartidas. Na linha de financiamento aos salários, por exemplo, as empresas são proibidas de demitir funcionários durante a vigência do empréstimo. E os recursos precisam ser direcionados às folhas de pagamento, não podem ser usados para outras despesas. Essas características afastaram muitas empresas da linha.

'Muito da nossa avaliação era de que, como o crédito demorou a chegar, muitas empresas de menor porte já haviam fechado as portas ou entrado em recuperação judicial. Mas o Pronampe mostra que ainda há uma necessidade forte de crédito', avaliou Isabela.

Sensível à questão, o próprio Ministério da **Economia** já havia sinalizado, no início do

mês, a possibilidade de elevar os recursos da linha, considerando a rápida aceitação do Pronampe.

No Congresso, uma possível solução é trazida pela Emenda nº 8 do Senado, referente à medida provisória (MP) nº 944, que institui o programa de financiamento aos salários. A MP está pautada para o plenário da Câmara dos Deputados na próxima quarta-feira. Por meio da emenda do Senado, a União poderia aumentar em R\$ 12 bilhões sua participação no FGO, para concessão de garantias no âmbito do Pronampe

No entanto, o relator da MP na Câmara, o deputado federal Zé Vitor (PL-MG), deu parecer contrário à aprovação da emenda, mantendo o texto aprovado inicialmente na própria Câmara. A questão será decidida pelo plenário.

R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Pela 1ª vez no ano, RN fecham mês com saldo positivo de empregos

Geral

QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2020 | AGORA RN | 5

Pela 1ª vez no ano, RN fecha mês com saldo positivo de empregos

TRABALHO | No mês passado, segundo o Caged, foram 9.469 contratações e 7.723 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.746 vagas de emprego no mercado formal. Foi o segundo melhor resultado da região Nordeste. Segundo secretário de Finanças, números demonstram que Estado começa a dar sinais de reação após fase aguda da pandemia

TIAGO REBOLO

O Rio Grande do Norte abriu em junho mais de 1,7 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Departamento de Economia e Planejamento do Caged. O resultado representa um avanço em relação ao mês anterior, quando foram 1.234 postos de trabalho criados.

No mês passado, segundo o Caged, foram 9.469 contratações e 7.723 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.746 vagas de emprego no mercado formal. Foi o segundo melhor resultado da região Nordeste. Segundo secretário de Finanças, números demonstram que Estado começa a dar sinais de reação após fase aguda da pandemia.

De acordo com o Caged, foram 9.469 contratações e 7.723 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.746 vagas de emprego no mercado formal. Foi o segundo melhor resultado da região Nordeste, ficando atrás apenas do Maranhão, que gerou 3.907 postos de trabalho em junho.

O resultado do Rio Grande do Norte ainda segue com saldo negativo no acumulado do ano. Entre janeiro e junho, o RN fechou 15.761 vagas encerradas no mês passado e 10.984 postos de trabalho com carteira assinada. Mesmo assim, o resultado surpreendeu, já que o mercado espeNo mês passado, a retomada da rava uma perda de aproximadamente emprego no RN se deu principalment220 mil vagas de trabalho. te pelo setor de serviços, que apresenMesmo com o resultado de junho, tou um saldo positivo de 1.234 postos



EMPREGO NO RN	
JANEIRO	-1.734
FEBREIRO	-6.819
MARÇO	-1.674
ABRIL	-6.369
MAIO	-3.827
JUNHO	+1.746

COM OPORTUNIDADES IGUAIS TODOS SAEM GANHANDO

...de trabalho. São dois setores com contratações que demonstram a recuperação do RN em setores de construção e comércio. Em junho, o comércio registrou 1.407 contratações e 1.035 demissões líquidas.

...de trabalho. São dois setores com contratações que demonstram a recuperação do RN em setores de construção e comércio. Em junho, o comércio registrou 1.407 contratações e 1.035 demissões líquidas.

COM 43 mil eleitores, Caicó tem nove pré-candidatos à prefeitura

...de trabalho. São dois setores com contratações que demonstram a recuperação do RN em setores de construção e comércio. Em junho, o comércio registrou 1.407 contratações e 1.035 demissões líquidas.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pela 1ª vez no ano, RN fecham mês com saldo positivo de empregos

TRABALHO | No mês passado, segundo o Caged, foram 9.469 contratações e 7.723 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.746 vagas de emprego no mercado formal. Foi o segundo melhor resultado da região Nordeste. Segundo secretário de Finanças, números demonstram que Estado começa a dar sinais de reação após fase aguda da pandemia

TIAGO REBOLO

O Rio Grande do Norte abriu em junho mais de 1,7 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo Ministério da Economia. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), é a primeira vez neste ano que o Estado termina um mês com saldo positivo na geração de empregos. No mês passado, segundo o Caged, foram 9.469 contratações e 7.723 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.746 vagas de emprego no mercado formal. Foi o segundo melhor resultado da região Nordeste, ficando atrás apenas do Maranhão - que gerou 3.907 postos de trabalho em junho. O resultado do Rio Grande do Norte ainda segue com saldo negativo no acumulado do ano. Entre janeiro e junho, o RN fechou 15.761 vagas encerradas no mês passado e 10.984 postos de trabalho com carteira assinada. Mesmo assim, o resultado surpreendeu, já que o mercado espeNo mês passado, a retomada da rava uma perda de aproximadamente emprego no RN se deu principalment220 mil vagas de trabalho. te pelo setor de serviços, que apresenMesmo com o resultado de junho, tou um saldo positivo de 1.234 postos

Retomada das atividades do setor produtivo, com regras sanitárias, fez subir número de empregos

de trabalho. Além disso, tiveram mais contratações que demissões a agricultura (+885) e o setor de construção (+204). Por outro lado, a indústria (-467) e o comércio (-110) tiveram saldo negativo. Na avaliação do secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, os números do Caged demonstram que o setor produtivo do Rio Grande do Norte começa a dar sinais de recuperação, apesar de continuarem em vigor diversas medidas restritivas para evitar a proliferação do novo coronavírus. 'De um lado, temos o início da safra de frutas e da cana de açúcar como importantes segmentos que irão gerar emprego nos próximos meses. Todavia, também tivemos saldos importantes em segmentos tipicamente urbanos, como é o caso da construção civil (+ 204) e o setor de serviços (+ 1.234)', ressalta. Segundo Aldemir, agora a expectativa é pela recuperação de outros setores. 'Nossa expectativa é que tenhamos nos próximos meses uma sequência de saldos mensais positivos e que outros setores (como o comércio e a indústria) também passem a apresentar números positivos nos meses

EMPREGO NO RN JANEIRO: -1.734
FEVEREIRO

-2.639

MARÇO -1.874 ABRIL: -8.303 MAIO: -3.027

JUNHO:

+ 1.746

Com 43 mil eleitores, Caicó tem nove pré-candidatos à prefeitura

Sétimo maior colégio eleitoral do Rio Grande do Norte, com mais de 43 mil eleitores aptos a votar em 15 de novembro, Caicó tem uma das prefeituras mais disputadas do Estado. Prova disso é que, a pouco mais de 100 dias da eleição, a cidade tem pelo menos nove pré-candidatos a prefeito. O prefeito Batata (MDB) deverá ser candidato à reeleição e, para isso, conta com apoio do grupo do prefeito de Natal, Álvaro Dias, e do experiente vereador Lobão Filho. O jovem médico Judas Tadeu fortaleceu o PSDB e conta com o apoio do seu nome. deputado Vivaldo Costa (PSD), consiO PSL, por sua vez, ensaia o nome derado como forte liderança local. do policial Alexandre Cazuza, que Já o ex-prefeito Roberto Germano conta com o apoio do deputado fedetem incentivado, juntamente com ral General Girão. O ex-secretário de o deputado estadual Nelter Queiroz Finanças do prefeito Batata Francisco (MDB), o nome do empresário Arthur Oliveira, o FAO, lançou seu nome pelos Maynard (PSB). Republicanos. E ainda consta o folclóO vereador Rangel Araújo (PDT) rico Cição Bandido, que já foi canditem se colocado, mas pode também se dato em várias campanhas. Este ano, compor com outros nomes. Nome do Cição quer sair pelo PTB. Solidariedade, o empreendedor Diogo De acordo com informações de obVale também é outro que não conse- servadores políticos do Seridó, os três guiu ainda atrair forças para alavancar nomes que reúnem hoje mais força são Dr. Tadeu, Batata e Arthur Maynard. Na última campanha em Caicó, cinco nomes disputaram a prefeitura. Pela primeira vez, uma terceira via conseguiu superar as duas principais forças e eleger o então vereador Batata, com 37,12%. O prefeito Roberto Germano, no MDB à época, alcançou 28,58%. Até agora, a esquerda não conseguiu um nome como em 2016. O

advogado João Braz, do PCdoB, conseguiu 12% dos votos. O PT é dividido e nas sondagens não tem alcançado nenhum nome forte, mesmo tendo a governadora Fátima Bezerra como principal estrela. O PT não tem nenhum vereador hoje em Caicó. A jovem Danyelle Guedes preside o PT em Caicó. Parceiro do PT, o PCdoB tentou sem sucesso lançar a professora Sandra Kelly a prefeita, mas o nome dela foi retirado oficialmente em março. Diante do cenário, a governadora Fátima Bezerra tem simpatia por uma composição com o deputado Vivaldo Costa, seu aliado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Os nove pré-candidatos a prefeito de Caicó

QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2020 |

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

ALUGUEL DE SEDE LUXUOSA DA FUNAI É R\$1 MILHÃO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

ALUGUEL DE SEDE LUXUOSA DA FUNAI É R\$1 MILHÃO

Após assumir, em janeiro de 2019, a ministra Damares Alves (Mulher, Direitos Humanos etc) logo descobriu que a Funai em Brasília ca em prédio de luxo, com aluguel mensal de mais de R\$1 milhão, incluindo o condomínio de R\$211 mil, todo santo mês. Damares mandou a Funai procurar algo mais barato, até em respeito aos funcionários da ponta, onde estão os índios, que trabalham em condições precárias. Mas o Congresso tirou a Funai de Damares e tudo cou

como estava.

'escritórios'. As sedes físicas, onde existem, não têm nada, nem ventilador.

VANTAJOSO PARA QUEM?

Por sua assessoria, a Funai garante que seu presidente, Marcelo Xavier, mandou fazer um estudo que indicou ser o aluguel 'vantajoso'.

Ernesto Araújo agradeceu muito aos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ao afirmar que 'o Brasil é um país africano do outro lado do Atlântico.'

O VÍRUS DA CENSURA

Facebook, Twitter e Google, controladores das maiores redes sociais, censuraram a coletiva de um grupo de médicos sobre o covid porque não gostaram de opiniões expressadas. Também apagaram os vídeos.

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Segundo o painel de acompanhamento do covid-19 do site dos Cartórios de Registro Civil do Brasil, a média móvel do número total de mortes está caindo desde 25 de maio (944) no Brasil. E está caindo em ritmo acelerado desde 15 de julho (787). No dia 27 foram 371 óbitos.

SÚBITO INTERESSE

Após a nomeação de Regina Duarte para a Cinemateca Brasileira, surgiu interesse de parlamentares sobre a situação do órgão que

toma conta da história do audiovisual brasileiro.
Todos de oposição, claro.

CAINDO AOS PEDAÇOS

'Eu vi sede da Funai em casinha, caindo', disse Damares duas semanas após sua posse como ministra. De lá para cá, nada mudou.

VIATURA COMO SEDE

Funcionários da Funai usam velhos veículos usados como

PELO DIREITO DE TENTAR

Enquanto a Anvisa inventa o factóide de receita médica para remédio contra lombriga, pacientes de ELA, que não têm tempo a perder, estão à espera de que os beócios dessa agência autorizem a importação de medicamentos promissores contra a doença, que ainda é incurável.

O VÍRUS DA FAKE NEWS

O presidente do STJ, João Otávio de Noronha, testou positivo para Covid-19, mas está bem, assintomático, em casa. A 'fake news' de que ele teria dado entrada em hospital particular indignou o ministro, ontem.

LIBERDADE DE QUÊ?

Espertamente, o presidente do STF, Dias Toffoli, repete a estratégia do colega censor, ao usar 'fake news' e eventuais ameaças criminosas a ministros como pretextos para relativizar a liberdade de expressão.

AFRICANOS DO LADO DE CÁ

Durante webinar do IX Encontro Triângulo Estratégico América Latina e Cara íbas-Europa- África, o chanceler

LIMINAR DA OAB NO STF BENEFICIOU A QUALICORP

Como presidente da OAB nacional, Marcus Vinícius Furtado Coelho ajuizou ação para anular decreto de Dilma que autorizava a operadora de servidores Geap a vender planos de saúde sem licitação e baratos. A liminar foi concedida em 2014 pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que até hoje não a liberou para julgamento de mérito, e beneficiou diretamente a Qualicorp, de Luiz Seripieri Júnior, preso por corrupção há 8 dias. Agora, a mesma Qualicorp patrocina o atual evento da OAB. Não por coincidência, Furtado Coelho ingressou com a ação durante o recesso. É que só o presidente da OAB tem essa prerrogativa. Para ex-dirigentes do Geap, a Qualicorp usou a OAB contra o plano de saúde dos servidores como parte da estratégia de dominar o **mercado**. A influência da Qualicorp na OAB é forte: sua marca foi exibida ao lado da imagem de ministros como Dias Toffoli (STF), nas redes sociais. Procurado para explicar suas relações com a Qualicorp e a liminar que a beneficiou, Furtado Coelho não atendeu nossas insistentes ligações.

Pela 6ª vez, votação da Reformada Previdência é adiada na Assembleia

PREVIDÊNCIA | São necessários 15

deputados presentes para votar uma proposta de emenda à Constituição, como a da Reforma da Previdência, mas apenas 10 deputados estavam aptos a analisar o texto nesta terça

TIAGO REBOLO

Pela sexta vez consecutiva, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte não conseguiu votar a Reforma da Previdência Estadual. Na sessão desta terça-feira (28), mais uma vez a proposta foi colocada em pauta, mas não foi votada porque os líderes de três blocos parlamentares apresentaram obstrução. Nesta quarta (29), o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), deverá fazer a sétima tentativa de votação. As obstruções foram apresentadas pelos blocos PL/PT, Avante/ Republicanos/ Pros e PSB/PSOL. Dos 11 deputados desses partidos, apenas Sandro Pimentel (PSOL) não seguiu a orientação do líder e cou fora da obstrução. Com isso, 10 deputados não tiveram as presenças consideradas na hora da verificação do quórum para votação da reforma. São necessários 15 deputados presentes para votar uma proposta de emenda à Constituição, como a da Reforma da Previdência. Como havia 20 deputados ao todo, apenas 10 estavam aptos a analisar o texto - o que adiou a análise pela sexta vez. Apesar de defender a aprovação da reforma, a bancada governista tem feito manobras para adiar a votação porque não tem votos suficientes. Pelas contas do governo, apenas 13 deputados apoiam a PEC, quando são necessários 15 votos, em dois turnos, para promulgar a proposta. Líder do governo na Assembleia, o deputado George Soares (PL) voltou a cobrar apoio dos deputados de oposição à aprovação da matéria. 'Este projeto não é político-partidário. Governos de direita e

de esquerda estão apresentando propostas neste sentido em todo o País. Lamento que o acordo não tenha avançado pela limitação que o governo tem de aprovar a PEC até 31 de julho', disse, durante a sessão ordinária, realizada mais uma vez por videoconferência. O deputado voltou a alertar para os riscos que o Estado correrá caso não aprove a reforma até 31 de julho. Uma portaria do Ministério da **Economia** estabelece que, caso não se adequem à reforma previdenciária geral - promulgada pelo Congresso no fim do ano passado - até a data estipulada, estados e municípios não poderão renovar o Certidão de Regularidade Previdência (CRP), sem o qual o Estado não poderia, por exemplo, contratar empréstimos com aval da União. 'Haverá suspensão de transferências de recursos da União e impedimento para celebrar acordos e convênios', completou. A oposição não concorda com o texto e quer empurrar a votação apenas para quando a Assembleia voltar às sessões presenciais, o que está previsto apenas para agosto - depois do prazo final. Os parlamentares criticam o governo, ainda, por não ter concordado com uma emenda ao projeto que reduziria a contribuição previdenciária dos servidores que recebem os menores salários. O governo considera essa proposta impraticável pois, em vez de reduzir o déficit previdenciário, essa medida aprofundaria o rombo nas contas públicas. Alguns parlamentares, além disso, dizem que a portaria do Ministério da **Economia** não tem poderes para gerar punições tão severas para o Estado e acusam o governo estadual de usar a informação para aprovar a PEC às pressas. 'Minha decisão é irreversível e não vamos nos curvar à prepotência e à inverdade. Quando assumimos essa posição, zemos um pacto, de homens livres, que prezam a sua liberdade e o

exercício da democracia', declarou o deputado José Dias (PSDB), em nome da oposição. 'O RN precisa de uma reforma previdenciária urgente, mas que não seja tão perversa quanto essa. Precisa de reforma que dignifique o servidor público. Sob a pressão de quem pensa que manda, não votaremos', concluiu. O deputado Tomba Farias (PSDB), por sua vez, afirmou que tem informações de que o Ministério da **Economia** vai estender até 31 de dezembro o prazo para que estados e municípios aprove suas reformas. Na semana passada, o Agora RN mostrou que, de fato, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho avalia pedidos para protelar a data. 'A governadora Fátima Bezerra vai ser desmentida, pois o prazo será prorrogado até o dia 31 de dezembro. Só tem 13 estados com a reforma aprovada. Nem Minas Gerais aprovou ainda. Mais de 50% dos estados não zeraram suas reformas. Você acha que esses estados vão ser penalizados pelo governo federal?', colocou, durante entrevista à 98 FM nesta terça.

A REFORMA

Além de atender à regra federal, o Governo do RN defende a aprovação da Reforma da Previdência para que a gestão estadual atenuar o déficit existente no sistema hoje. O principal ponto da proposta do governo é subir a contribuição previdenciária dos servidores. Hoje, o funcionalismo contribui com 11% da remuneração bruta. O projeto do governo cria um sistema de alíquotas progressivas, com taxas variando de 12% a 16%, com alíquotas maiores para faixas salariais mais altas. Além disso, pela proposta, todos os aposentados e pensionistas que recebem acima de R\$ 2,5 mil seriam taxados - hoje, são isentos todos os que

ganham abaixo de R\$ 6.101,00. Na Assembleia, já há um acordo para criar a isenção para quem ganha abaixo de R\$ 3.050,00. O sistema previdenciário estadual fechou o primeiro semestre de 2020 com um déficit de mais de R\$ 1 bilhão. Com a reforma, o governo potiguar espera economizar cerca de R\$ 200 milhões por ano.

Deputados estaduais discutem Reforma da Previdência durante sessão plenária desta terça (28)

DESTAQUE

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

R\$ 1 BILHÃO

' Este projeto não é político- partidário. Lamento que o acordo não tenha avançado pela limitação que o governo tem de aprovar a PEC até 31 de julho'

DEP. GEORGE SOARES (PL)

LÍDER DO GOVERNO NA ALRN

CLÁUDIO HUMBERTO

| QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2020

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Locadoras avançam com quase 1.000.000 de carros nas ruas



Locadoras avançam com quase 1.000.000 de carros nas ruas

de Daniel Schnaider, CEO da atual empresa líder em serviços telemétricos para frotas, fala sobre a reinvenção do mercado de locação de automóveis frente à crise causada pela pandemia

Daniel Schnaider, CEO da atual empresa líder em serviços telemétricos para frotas, fala sobre a reinvenção do mercado de locação de automóveis frente à crise causada pela pandemia



Requisito de entrega de Brasil em tempo de coronavírus, 10/10/2020

Após o isolamento social e uma queda de aproximadamente 80% no faturamento do setor este ano, segundo a ABLA (Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis), finalmente chega o momento de retomada para as empresas de locação de veículos. Daniel Schnaider, CEO da Pointer By PowerFleet Brasil, líder em telemetria mundial para redução de custo, prevenção de acidentes, roubos e fraudes, ressalta que o novo normal mudou absolutamente tudo, desde o comportamento das pessoas à forma como a indústria atende seus consumidores. Schnaider aponta fatores importantes que influenciarão quais empresas farão a diferença no futuro da sociedade com soluções como segurança, redução de combustível e consequentemente poluentes, custos e modelos de inovação como pay per use.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Daniel Schnaider, CEO da atual empresa líder em serviços telemétricos para frotas, fala sobre a reinvenção do **mercado** da locação de automóveis frente à crise causada pela pandemia

Após o isolamento social e uma queda de aproximadamente 80% no faturamento do setor este ano, segundo a ABLA (Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis), finalmente chega o momento de retomada para as empresas de locação de veículos. Daniel Schnaider, CEO da Pointer By PowerFleet Brasil, líder em telemetria mundial para redução de custo, prevenção de acidentes, roubos e fraudes, ressalta que o novo normal mudou absolutamente tudo, desde o comportamento

das pessoas à forma como o **mercado** atende seus consumidores. Schnaider aponta fatores importantes que definirão quais empresas farão a diferença no futuro da sociedade com soluções como segurança, redução de combustível e consequentemente poluentes, custos e modelos de inovação como pay per use.

Além da expectativa da volta da procura dos carros alugados por motoristas de aplicativos, também se espera por uma demanda de pessoas físicas. Com a quarentena, empresas de diferentes segmentos do Brasil foram forçadas a adotar o home office. A questão é que muitas vão aderir de forma permanente ao regime de trabalho, ou seja, milhões de brasileiros deixarão de usar seus veículos em boa parte do tempo, tornando-os um gasto de certa forma desnecessário. Afinal, IPVA, DPVAT, seguro e outros encargos não compensam para um carro de passeio. Também há a previsão de que com o medo da aglomeração, os brasileiros que tenham que se locomover busquem evitar os transportes públicos.

Nesse contexto, as locadoras precisam inovar e entregar o melhor possível. Com o uso da telemetria por exemplo, tecnologia utilizada pela Pointer que resultou em uma melhora significativa na redução de custos e prevenção de acidentes de frotas de grandes cases, os benefícios são para todos. Clientes e empresas.

Por exemplo, soluções para redução de custos que envolvem quilometragem assertiva, manutenção preventiva do veículo, previnem panes e acidentes nos carros tornam a locação muito mais confiável, até mesmo para usuário do aplicativo de transporte. Indicadores de

consumo de combustível adulterado garantem a segurança de ambas as partes. O rastreamento assertivo do veículo e a redução total do custo mensal em seguros faz com que a empresa apresente um valor satisfatório ao cliente final.

Atualmente, a telemetria também garante modelos mais inovadores para esse setor, como a forma de uso pay per use, muito mais atrativa, em vez da cobrança diária. A possibilidade de personalizar a locação do veículo também se torna disponível, como saber se ele será usado em asfalto ou estradas de terra, o que diferencia muito no desgaste e segurança que deverá ser oferecida ao cliente.

Quando multiplicamos todas essas mudanças por frotas de 50.000 veículos, a redução de acidentes, poluentes, movimentação da **economia** e muito mais. Atualmente, a Pointer By PowerFleet Brasil, líder em questões de gerenciamento de frotas, enxerga a telemetria como fonte para o futuro de excelentes mudanças para a sociedade.

'A telemetria é importante para a locadora em dois sentidos: 1 . operacional, pois pode melhorar suas margens, o que nos dias de hoje é fundamental até mesmo para sua sobrevivência. 2 . no aspecto estratégico, para desenvolver novos modelos de negócio e oferecer ao seu cliente uma solução para redução de custos, prevenção de acidentes, roubos e fraudes em suas frotas. Imagine que a telemetria ajuda a reduzir o custo total de uma frota em 10-20%, garantindo à locadora, uma vantagem competitiva frente às outras empresas', afirma Daniel Schneider.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senac RN abre matrículas em cursos de idiomas com aulas online ao vivo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Iniciou o período de matrículas para os cursos de idiomas do **Senac** RN. Neste segundo semestre, as aulas continuam 100% online e ao vivo, mas, agora, com uma novidade: aulas interativas presenciais gratuitas, que terão início tão logo as atividades escolares presenciais sejam liberadas. São mais de 4 mil vagas para turmas de inglês, espanhol, francês, italiano e alemão.

Para quem já possui algum conhecimento no idioma de interesse, o **Senac** RN disponibiliza o teste de nivelamento, que estará disponível para agendamento a partir do dia 20 de julho no site <http://nivelamento.rn.senac.br/>. Os testes serão realizados em duas etapas, de forma online, no

período de 27 a 31 de julho (escrito) e 03 a 06 de agosto (oral). As aulas online estão previstas para iniciar no dia 10 de agosto, com o limite máximo de 12 alunos por turma.

O diretor regional do **Senac**, Raniery Pimenta, enfatiza sobre a continuidade da metodologia de excelência dos cursos de idiomas **Senac**, que foi plenamente adaptada ao novo formato de aulas online. 'Já vínhamos investindo em projetos que trouxessem recursos tecnológicos e modernos ao aprendizado do aluno **Senac** e sempre foi uma prioridade garantir que essa adaptação assegurasse a continuidade da nossa reconhecida qualidade de ensino. O início desse semestre marca esse aperfeiçoamento implantado em nossa metodologia', ressaltou o diretor regional do **Senac**, Raniery Pimenta.

Há mais de 20 anos ofertando cursos de idiomas no Rio Grande do Norte, o **Senac** se diferencia neste segmento, por oferecer turmas direcionadas a diferentes públicos, desde o infantil, passando pelos adolescentes até adultos. As turmas se dividem em níveis básico, intermediário e avançado e contam com instrutores certificados internacionalmente, com abordagem interativa, que privilegia a compreensão e expressão oral e escrita em contextos reais.

Informações detalhadas sobre os valores, níveis e descontos ofertados, podem ser obtido Telefone e Whatsapp (84) 4005-1000.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

SENAC RN ABRE MATRÍCULAS EM CURSOS DE IDIOMAS COM AULAS ONLINE AO VIVO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

Está aberto o período de matrículas para os cursos de idiomas do **Senac** RN. Neste segundo semestre, as aulas continuam 100% online e ao vivo, mas, agora, com uma novidade: aulas interativas presenciais gratuitas, que terão início tão logo as atividades escolares presenciais sejam liberadas. São mais de 4 mil vagas para turmas de inglês, espanhol, francês, italiano e alemão.

Para quem já possui algum conhecimento no idioma de interesse, o **Senac** RN disponibiliza o teste de nivelamento, que estará disponível para agendamento a partir do dia 20 de julho no site

nivelamento.rn.senac.br. Os testes serão realizados em duas etapas, de forma online, no período de 27 a 31 de julho (escrito) e 03 a 06 de agosto (oral). As aulas online estão previstas para iniciar no dia 10 de agosto, com o limite máximo de 12 alunos por turma.

O diretor regional do **Senac**, Raniery Pimenta, enfatiza sobre a continuidade da metodologia de excelência dos cursos de idiomas **Senac**, que foi plenamente adaptada ao novo formato de aulas online. 'Já vínhamos investindo em projetos que trouxessem recursos tecnológicos e modernos ao aprendizado do aluno **Senac** e sempre foi uma prioridade garantir que essa adaptação assegurasse a continuidade da nossa reconhecida qualidade de ensino. O início desse semestre marca esse aperfeiçoamento implantado em nossa metodologia', ressaltou o diretor regional do **Senac**, Raniery Pimenta.

Há mais de 20 anos ofertando cursos de idiomas no Rio Grande do Norte, o **Senac** se diferencia neste segmento, por oferecer turmas direcionadas a diferentes públicos, desde o infantil, passando pelos adolescentes até adultos. As turmas se dividem em níveis básico, intermediário e avançado e contam com instrutores certificados internacionalmente, com abordagem interativa, que privilegia a compreensão e expressão oral e escrita em contextos reais.

Informações detalhadas sobre os valores, níveis e descontos ofertados, podem ser obtido telefone e whatsapp (84) 4005-1000.

CONFIRA:

Programação de Cursos de Idiomas **Senac**
2020.2

Itinerário de Idiomas 2020.2

Escolha o seu curso e faça sua matrícula:

NATAL

MOSSOR?

MACAÍBA

REMATRÍCULA

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - SENAC RN**

Reaproveitando alimentos: como evitar o desperdício



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

Divulgação

A Faculdade UNINASSAU Natal através do curso de Gastronomia está estudando cientificamente, alimentos e suas formas de para aproveitá-los de forma integral, com o objetivo de servir lanche para as crianças e ainda gerar renda para as mães. Essa iniciativa é uma parceria da Faculdade UNINASSAU Natal com o Projeto **SESC Cidadão**.

A coordenadora do curso de Gastronomia da UNINASSAU, Áurea Cavalcanti, explica que a

parceria além de ajudar as pessoas, vai agregar conhecimento. 'Os alunos irão compartilhar seus conhecimentos por um circuito de lives que serão transmitidas pelas redes sociais da Instituição. Nelas, a filosofia da cozinha sustentável será apresentada e três receitas ensinadas para o melhor aproveitamento de alimentos integrais', pontua.

A primeira live acontece no dia 31 de junho, com a aluna Bruna Soares, ensinando o aproveitamento integral da banana. Já no dia 05 de agosto a aluna Andrezza Protasio ensinará receitas com o aproveitamento integral do jerimum, afinal, somos potiguares. E encerrando o circuito, no dia 12 de agosto o aluno Marcelo Correa apresenta receitas com o aproveitamento integral da melancia.

Serviço:

GASTRONOMIA CIENTÍFICA

Transmissões: 31/07, 05/08 e 12/08

Horário: 16h

Perfil: @uninassau.natal

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SESC CIDADÃO